

TEXTO PARA DISCUSSÃO N ° 340

Um Retrato das Finanças da Educação no Paraná

Antonio Carlos da R.Xavier
Antonio Emílio S. Marques

JUNHO DE 1994

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

PRESIDENTE

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

DIRETOR EXECUTIVO

Antonio Guerra

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Adilmar Ferreira Martins

DIRETOR DE PESQUISA

Claudio Monteiro Considera

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Luís Antonio Tironi

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação através do Instituto, informando profissionais especializados e colhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília — DF:

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES — 10.º andar

CEP 70.076-900

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 — 17.º andar

CEP 20.020 — 010 — Rio de Janeiro — RJ

SUMÁRIO

SINOPSE

- I. INTRODUÇÃO
- II. ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL
- III. AS FINANÇAS ESTADUAIS
- IV. A COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS NO ESTADO DO PARANÁ
- V. A COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS NO ESTADO DO PARANÁ
- VI. COMPORTAMENTO DAS RECEITAS MUNICIPAIS
- VII. COMPORTAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS EM AMOSTRA DE 42 MUNICÍPIOS
- VIII. O CUSTO ALUNO/ANO
- IX. OS ASPECTOS FINANCEIROS DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO
- X. CONCLUSÕES

TABELAS E GRÁFICOS

ANEXOS

UM RETRATO DAS FINANÇAS DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ

Antonio Carlos da R. Xavier*
Antonio Emílio S. Marques

* *Os autores são técnicos da CPS.*

SINOPSE

O estudo analisa o comportamento recente das receitas e despesas estaduais e municipais do estado do Paraná, enfatizando os aspectos relativos ao financiamento da educação. Visa, também, fundamentar decisões que estão sendo tomadas no âmbito de projeto a ser financiado com recursos do Banco Mundial.

I. INTRODUÇÃO*

A Constituição brasileira considera a educação um direito de todos e um dever do Estado e da família. O dever do Estado manifesta-se na garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade e na garantia de acesso — um direito público subjetivo — ao ensino fundamental obrigatório e gratuito. Estabelece, também, que a educação oferecida seja de qualidade. Entretanto, uma análise das condições do ensino fundamental brasileiro oferece evidências de que se está longe do cumprimento desses preceitos.

Isso pode ser comprovado, quando se observam:

- a) a incapacidade de se atender, de forma adequada, todas as crianças em idade escolar;
- b) a ineficiência expressa nas taxas de repetência e evasão;
- c) a desqualificação da escola pela ausência ou precariedade de instalações e equipamentos, insuficiência de material escolar e livros didáticos e escassez de professores qualificados;
- d) a iniquidade do sistema, que não garante a todos oportunidades iguais de permanência e acesso às escolas de mesma qualidade;
- e) a baixa capacidade gerencial do sistema agravada pela descontinuidade administrativa;
- f) a ausência de um projeto educacional nacional de longo prazo com prioridades claramente definidas; e
- g) o exacerbado clientelismo nas práticas de alocação de recursos.

Essas deficiências configuram um quadro de difícil reversão no curto prazo, menos por razões de ordem técnica do que de ordem política. As intenções declaradas na Carta Magna e nos diversos documentos de política educacional, pouco ou nada valem na prática. Como não está claro quais são os limites de atuação das diferentes esferas administrativas, muitas iniciativas carecem de adequada articulação. Além disso, embora se apregoe que a redução das desigualdades é um objetivo central da política educacional, as práticas alocativas constantemente são feitas em bases clientelistas, sem respaldo técnico, beneficiando não quem precisa, e sim quem troca favores e interesses.

Essas dificuldades restringem a consecução de políticas consistentes para o setor, tornando o país distante do que foi estabelecido em Jomtien, Tailândia, em 1990, na Conferência Mundial sobre Educação, que reconheceu a educação como um direito fundamental de todos e que uma adequada educação básica, centrada na satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, é fundamental para a promoção do desenvolvimento autônomo das nações.

Os problemas apontados para o país se fazem igualmente presentes, em maior ou menor escala, nos estados brasileiros que empreendem ações diferenciadas, muitas vezes com apoio de recursos externos, para fazer face aos desafios de reversão da situação.

O projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná, ora em elaboração no estado do Paraná, que contará com recursos financeiros do Banco Mundial para a sua implementação, situa-se nesse caso e tem por objetivo fazer frente à ineficiência estrutural do sistema escolar do estado. É dirigido ao conjunto das escolas públicas estaduais e municipais. Também organiza e integra um

*Versão condensada de estudo patrocinado pelo Banco Mundial como subsídio ao Projeto de Acordo de Empréstimo ao governo do estado do Paraná para o setor educação. A coleta de dados foi realizada por técnicos do governo estadual, sob a coordenação do doutor Luís Eduardo Sebastiani (Ipardes). Agradecemos às críticas e sugestões da doutora Kate Hovde (Bird).

conjunto de ações com o intuito de complementar e potencializar o esforço desenvolvido pela Secretaria do Estado de Educação e demais instituições governamentais no setor. Assim, visando melhorar a qualidade do ensino público, será desenvolvido ou aprofundado um conjunto de intervenções que levem a uma consolidação do ciclo básico de alfabetização, a um melhor rendimento escolar da 3ª a 8ª séries do primeiro grau, à expansão do pré-escolar e a uma melhoria na capacidade de gestão do sistema educacional e escolar.

Para subsidiar as decisões que deverão ser tomadas, o conhecimento da realidade financeira do setor educacional é fundamental. Visando a esse objetivo, o presente texto analisará o comportamento recente das receitas e despesas educacionais dos governos estadual e municipal do estado do Paraná, identificando tendências.

II. ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O baixo nível de desempenho do sistema educacional brasileiro tem sido reconhecido e analisado por mais de seis décadas. Apesar de recorrentes, os problemas persistem e as intervenções de política efetuadas nas (e pelas) diversas esferas governamentais pouco têm contribuído para elevar o desempenho do setor. Um dos pontos cruciais para esse baixo desempenho é o sistema de financiamento da educação. A decisão sobre a alocação dos recursos permanece, quase sempre, fortemente centralizada e clientelista, e a execução financeira excessivamente complexa e burocratizada. Estados e municípios mantêm redes de escola paralelas e muitas vezes concorrentes, dependendo, muitos municípios, de recursos estaduais para suplementar os seus gastos no setor, e ambos, da transferência de recursos federais principalmente para viabilizar a expansão da rede.

O financiamento da educação no Brasil, como estruturado, incorpora muitas das desvantagens de um sistema centralizado ou descentralizado e poucas das vantagens de ambos os sistemas. Não tem sido capaz de promover a solução dos problemas básicos de acesso e qualidade no ensino fundamental. Como salientado por diversos autores, tal se deve menos à incapacidade técnica dos formuladores de política do que as inadequadas práticas de alocação de recursos, nas quais os interesses político-clientelísticos se sobrepõem, não poucas vezes, aos da população.

O sistema de financiamento da educação no Brasil está estruturado em meio a um conjunto de preceitos constitucionais que regem o gasto de receitas gerais, um certo número de fontes vinculadas à educação e uma variedade de instituições criadas para cumprir objetivos educacionais específicos. Em geral, a prioridade declarada tem sido colocada como sendo a educação básica, mas nem sempre, na prática, a distribuição de recursos tem refletido essa prioridade.

No caso da União, os recursos orçamentários provêm de fontes ordinárias e de recursos orçamentários vinculados, entre os quais se destacam:

- a) um terço dos recursos do salário-educação;
- b) 18%, no mínimo, da receita resultante de impostos;
- c) operações de créditos, como os financiamentos do Banco Mundial; e
- d) créditos internos, como parte da receita do antigo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e Crédito Educativo.

Os estados têm obrigação constitucional de alocar para o ensino fundamental:

- a) dois terços dos recursos do salário-educação arrecadados no próprio estado;
 - b) 25%, no mínimo, dos recursos da receita própria de impostos, decorrentes do ICMS, do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e taxas diversas;
-

- c) 25%, no mínimo, dos recursos transferidos pela União, entre eles os do Fundo de Participação dos Estados (FPE); e
- d) outros recursos, provenientes de quotas adicionais do salário-educação sob a responsabilidade da União e outras transferências.

Nos municípios, a educação é financiada pelos seguintes recursos:

- a) 25%, no mínimo, dos recursos da receita própria de impostos municipais, inclusive o Imposto Predial e Territorial Urbano, imposto sobre serviços de qualquer natureza e Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos;
- b) 25%, no mínimo, dos recursos transferidos pela União, entre eles os do Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- c) 25%, no mínimo, dos recursos transferidos pelo estado; e
- d) outros recursos, provenientes da União ou dos estados como quotas do salário-educação ou transferências.

III. AS FINANÇAS ESTADUAIS

Os recursos arrecadados pelo estado (receitas) são um conjunto de ingressos financeiros com fontes e fatos geradores próprios e permanentes, oriundos da ação e de tributos inerentes à instituição. É por meio do aparelho arrecadador que o estado se organiza para captar os recursos previstos na legislação, para ordená-los e para distribuí-los de acordo com as prioridades político-administrativas estabelecidas pelo Poder Executivo e referendadas pelo Legislativo.

Os recursos a serem arrecadados são estimados pelo Poder Executivo sob a forma de orçamento anual e podem ser suplementados sempre que houver necessidade e amparo legal. O orçamento deve retratar a política econômico-financeira e o programa de trabalho anual do governo e deve ser executado pelos órgãos da administração direta e indireta.

A principal fonte de recursos do estado é a arrecadação de *tributos* (impostos, taxas e contribuições). A esses devem ser acrescentados todo um conjunto de receitas complementares: receita patrimonial, de serviços, de capital, etc.

As receitas (e também as despesas) do estado estão organizadas em *categorias econômicas* formadas pelas operações *correntes* e de *capital*. A organização e o desdobramento das receitas (e das despesas) em correntes e de capital, isto é, em categorias econômicas, tem por objetivo ordená-las para facilitar as atividades de planejamento, administração e contabilização dos recursos arrecadados, bem como padronizar esses procedimentos na administração pública, buscando formas eficientes de fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos.

Quanto à *origem* do ingresso dos recursos do estado, as receitas (e as despesas) podem ser do *Tesouro* e de *Outras Fontes*. As primeiras são usualmente arrecadadas pelos órgãos que compõem a administração direta e as segundas pela administração indireta.

IV. A COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS NO ESTADO DO PARANÁ

Embora, entre 1988 e 1992, a receita orçamentária do estado passasse de US\$ 1.625,5 milhões para US\$ 1.609,3 milhões (ver Tabela 1), apresentando um decréscimo de 1%, a tendência de evolução da receita pode ser considerada estável (ver Gráficos 1.1 e 1.2). Na composição desta receita, as de capital caíram de US\$ 395,2 milhões em 1988 para US\$ 45,1 milhões (queda de 88,6%), mas as receitas correntes cresceram 27,1% (de US\$ 1.230,3 milhões em 1988 para US\$ 1.564,3 milhões em 1992).

A participação das receitas correntes no total de receitas passou de 75,7% em 1988 para 97,2% em 1992, revelando sua importância crescente no orçamento do estado e a gradativa diminuição

de importância das receitas de capital. Estas são basicamente compostas por operações de crédito, pela alienação de bens com recursos provenientes da venda de bens móveis e imóveis do estado, pela amortização de empréstimos e pelas transferências de capital (compreendendo os recursos transferidos pela União para atender ações específicas de investimento, por meio de programas especiais e convênios). Registre-se que o salário-educação, nas transferências de capital da União, passou, possivelmente por razões contábeis, de US\$21,6 milhões em 1988, para US\$0,0 em 1992. Entretanto, nas transferências correntes da União, passou de US\$218 mil a US\$29,3 milhões, embora nos anos intermediários (1989, 1990 e 1991) estivesse zerado. Ou seja, o salário-educação evoluiu, de fato, de US\$21,8 milhões (1988) para US\$29,3 milhões (1992).

A receita tributária, principal componente das receitas correntes, terminou o período 1988-92 praticamente estável, embora tenha crescido 20,5% de 1988 a 1990 e decrescido 17,6% de 1990 a 1992. Na composição da receita corrente, porém, a receita tributária teve participação relativa decrescente no período, correspondendo a 86,1% em 1988 e 69,4% em 1992. As transferências, contudo, quase todas da União, tiveram significativo acréscimo nessa composição, subindo de 3,6% em 1988 para 14,3% em 1992, com um crescimento real de 46,6% no período 1989/92 (ver Tabela 1).

Os impostos constituem a principal parcela (98,6% em 1988 e 99,0% em 1992) da receita tributária e as taxas respondem por cerca de 1% dessa receita. Dos impostos, o mais importante é o Imposto sobre a Produção e Circulação de Mercadorias (ICMS), 97,7% em 1988 e 95,2% em 1992, que, no período, manteve-se estável — de US\$ 1.020,5 milhões em 1988 para US\$1.023,0 milhões em 1992 (ver Tabela 1).

No âmbito das transferências correntes, as da União são a quase totalidade e nestas as transferências procedentes do Fundo de Participação do Estado (FPE) constituem o principal elemento. As transferências da União correspondem aos recursos que os estados (e também os municípios) recebem, quase sempre por força de lei, da administração federal. São compostas pelos recursos arrecadados pela União, que pertencem total ou parcialmente aos estados, e pelos fundos de participação formados a partir do rateio de impostos federais. No Paraná, entre 1988 e 1992, esse fundo representou 38,9% e 52,4%, respectivamente, das transferências correntes. A partir de 1989, o FPE situou-se sempre acima dos 50% do valor das transferências da União, em média 55,3% para o período 1989-92 (ver Tabela 1).

Entre 1988 e 1992, das outras transferências da União que integram a rubrica das receitas correntes do estado merecem destaque o Imposto de Renda retido na fonte, bem como o Imposto sobre Produtos Industrializados. O primeiro terminou o período com praticamente o mesmo valor de 1988, após crescimento em 1989 e 1990. O segundo, após ligeiro crescimento em 1991 (12,1%, em relação a 1990) decresceu em 20,2% com relação a 1991.

Quanto às receitas de capital, o principal componente se viu representado pelas operações de crédito (56,3% em 1988, 88,1% em 1992). As transferências de capital, em grande parte constituída pelas transferências da União, apresentaram-se como o segundo elemento fundamental de arrecadação nessa rubrica orçamentária, com exceção do ano de 1992, em que a amortização de empréstimos lhe foi superior. Em termos reais, no período, os valores das transferências da União correspondentes às operações de crédito decresceram de US\$ 222,7 milhões para US\$ 3 9,7 milhões. As transferências da União, por sua vez, passaram de US\$ 148,5 milhões para US\$ 638 mil. E, dentre as transferências de capital da União, o salário-educação, que em média acusou o valor de US\$ 26,0 milhões entre 1988-91, registrou US\$ 0,0 em 1992, por razões contábeis, conforme já mencionado (ver Tabela 1).

Em suma, considerando-se o período 1988-92, existe uma tendência praticamente estável na capacidade de arrecadação do governo estadual, embora com altas e baixas consideráveis. No período, ela permaneceu oscilante em torno dos US\$ 1,6 bilhão, atingindo seu ponto mais baixo em 1989 (US\$ 1,5 bilhão) e o mais alto em 1990 (US\$ 1,9 bilhão).

V. A COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS NO ESTADO DO PARANÁ

As despesas realizadas pelo governo do Estado do Paraná foram, com exceção das realizadas em 1989, constantemente decrescentes. De 1988 a 1992, a despesa total do estado caiu de US\$ 2 bilhões para US\$ 1,6 bilhão, ou seja, 27%. Também caíram, em valor absoluto, as despesas na função educação e cultura, de US\$ 488,8 milhões em 1988 para US\$ 423,7 em 1992, ou seja, 15%. Portanto, uma queda menor do que a ocorrida com a despesa total (ver Tabela 2 e Gráficos 2.1 e 2.2).

Analisando-se as despesas do governo estadual sob o ângulo das funções, verifica-se que o maior componente dos gastos, no período 1988-92, foi representado por educação e cultura (média de 25,7%, no período), seguido por Administração e Planejamento (média de 19,7%) e Assistência e Previdência (média de 13,5%). Entre 1988 e 1992, as despesas com educação e cultura, em termos de participação no total das despesas, passaram de 24,6% para 27,1%. Verifica-se dessa forma que, embora as despesas venham registrando queda, o Paraná tem procurado manter o nível de gastos em educação e cultura, manifesto no aumento da participação relativa dessa função nas despesas totais. Apesar desse aumento, como os gastos, em valores absolutos, caíram, pode-se concluir que, como não foi reduzido o número de alunos atendidos, as despesas *per capita* com educação também tenham decrescido.

Considerando-se o comportamento das despesas segundo se destinem a gastos com o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, observa-se um crescimento, em termos reais, para os dois primeiros (23,3% e 47,1%, respectivamente) e um decréscimo para o último (-25,4%). Assim, a recessão se fez sentir de modo mais forte no Executivo, acusando os dois outros poderes aumento em seus gastos (ver Tabela 2).

No total das despesas do governo estadual, incluindo-se também a administração indireta, os gastos totais com pessoal, período 1985-92, representaram, em média, 41%. De 33,6% em 1985, alcança-se 56,0% em 1992. Enquanto as despesas totais do estado decresceram 13,4% no período, de US\$ 2.009,0 milhões para US\$ 1.740,0 milhões, os gastos com pessoal cresceram 44,4%, de US\$ 675,0 milhões para US\$ 975 milhões (ver Tabela 3 e Gráficos 3.1 e 3.2).

No período 1988-92, ocorreu uma forte redução do salário real dos professores, tanto daqueles do quadro próprio do magistério, quanto dos contratados por CLT (ver Tabela 13 e Gráfico 13). Considerando os gastos com pessoal da Secretaria de Educação e Fundepar, com relação aos gastos totais, observa-se que passaram de 12,0% em 1985 (US\$ 242 milhões), para 15,6% em 1992 (US\$ 272 milhões), com uma média de 12,7% para o período. Apesar de aumentar a participação no gasto total, os gastos com pessoal da Secretaria e Fundepar acusaram crescimento zero no período.

Focalizando a análise nas despesas da Secretaria de Educação e Fundepar, por programa, constata-se que, em 1985, em milhões de dólares, o programa Ensino Regular de Primeiro Grau (US\$ 252,0 milhões) foi o que maior participação na despesa total apresentou (58,8%), seguido pelo Ensino Superior (US\$ 68,6 milhões — 16,0%), Programas e Projetos Especiais (US\$ 45,9 milhões — 10,7%) e Ensino de Segundo Grau (US\$ 33,2 milhões — 7,7%). Essa ordem é modificada em 1992, com a não-consignação de recursos para o Ensino Superior e Projetos Especiais no orçamento da Secretaria da Educação e Fundepar. Em 1992, o Ensino de Primeiro Grau gastou US\$ 245,9 milhões (um crescimento negativo de 2,4% com relação a 1985), mas esse valor representou 74,1% dos gastos totais, um crescimento de cerca de 15 pontos percentuais *vis-à-vis* o registrado em 1985 (ver Tabela 4 e Gráficos 4.1 e 4.2).

A tendência das despesas da Secretaria de Educação e Fundepar foi de pequena queda, porém constante, no período 1987-92. As despesas de capital, quase toda para investimento, representou 9,1% das despesas totais na média, alcançou 9,9% em 1990 e caiu para 7% em 1992. Das despesas correntes, 89,5% dizem respeito aos gastos com pessoal. As despesas com pessoal responderam por 70,2% no período, alcançando seu percentual maior (82,9%) em 1992 (ver Tabela 5 e Gráficos 5.1 e 5.2).

As despesas do governo estadual com a manutenção e desenvolvimento do ensino, no período 1989-92, superou a aplicação mínima dos 25% estabelecidos pela Constituição Federal. A média

de aplicação para o período foi de 38,9%, alcançando 50,81% em 1989, caindo no ano seguinte para 32,51% e tornando-se ascendente até 36,83 em 1992 (ver Tabela 6).

VI. COMPORTAMENTO DAS RECEITAS MUNICIPAIS

A análise dos dados de 1989 a 1991 indica que as receitas orçamentárias municipais cresceram 28,3%, de US\$ 749,3 milhões para 961,5 milhões (ver Tabela 7). Entretanto, esse crescimento é bem menor do que aquele registrado entre 1989 e 1990 (65,9% — de US\$ 749,3 milhões para US\$ 1.243,0 milhões). Ou seja, houve uma queda nas receitas orçamentárias municipais de 22,6%, de 1990 para 1991. A tendência na evolução das receitas é, todavia, de crescimento (ver Gráficos 7.1 e 7.2).

Também aqui as receitas correntes constituem a principal parcela das receitas totais (91,4% em 1989; 77,1% em 1990; 90,1% em 1991). Nas receitas correntes, as transferências constituem a parte principal, evidenciando a importância dessas para a manutenção e desenvolvimento do ensino nos municípios. Com efeito, em 1989, as transferências representavam 83,1% das receitas correntes e, em 1991, 88,4%. Ou seja, as receitas provenientes de transferências apresentaram crescimento no período, não somente em valores absolutos, mas também enquanto participação na receita total.

Em 1989, as transferências da União respondiam por 41,0% (41,9% em 1991) das transferências totais e as do estado, por 58,8% (56,9% em 1991). No caso da União, a cota-parte do FPM constitui o principal elemento (90,4% em 1989; 83,7% em 1991) e, no do estado, a cota-parte do ICMS (83,3% em 1989; 82,8% em 1991). No período 1989-91, as transferências da União cresceram 37,5% em valores reais, mais, portanto, do que as provenientes do estado (30%).

VII. COMPORTAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS EM AMOSTRA DE 42 MUNICÍPIOS

O governo do estado do Paraná, a partir de 1986, no âmbito do processo de municipalização do ensino fundamental, passou a não realizar concursos para a admissão de professores da 1ª a 4ª séries. A partir de 1988, não mais criou salas de aula para essas mesmas séries. Em comum acordo com o estado, as prefeituras passaram a contratar os professores e a Secretaria Estadual de Educação transferia os recursos para o pagamento desses "contratados".

A partir da Constituição Estadual de 1991, o estado suspendeu o pagamento dos convênios que mantinham os professores "contratados" e estabeleceu, em novos moldes, o processo de municipalização, transferindo total ou parcialmente, de forma gradativa, a pré-escola, o ensino fundamental de 1ª a 4ª séries, o ensino especial e o supletivo (Fase 1) para os municípios. Dos 373 municípios existentes no início de 1993, 271 estavam municipalizados.

Como não existem informações disponíveis para a análise das despesas educacionais relativas a todos os municípios, optou-se por trabalhar com uma amostra. Os municípios foram classificados em cinco grupos, de acordo com a receita tributária *per capita*. Em cada grupo foram separados dois subgrupos: municipalizados (aqueles que participam do programa de municipalização desenvolvido pela Secretaria de Educação) e não municipalizados (ver Anexo 1). Em cada grupo, os municípios foram selecionados, procurando-se garantir que todas as regiões do estado estivessem representadas (ver Anexo 2) e tomando-se o cuidado de manter na amostra a presença de 28% de municípios não municipalizados, como ocorre no universo. Assim, foram selecionados 42 municípios, sendo 30 municipalizados e 12 não municipalizados. Os municípios selecionados respondiam por 18% da receita total dos municípios do estado, em 1989 e 1990, e 24%, em 1991.

Tomando por base o ano de 1991, para o qual se têm informações completas sobre receitas e despesas com educação, verifica-se que, nos não municipalizados, 20,5% do total da receita era proveniente dos impostos, enquanto nos municipalizados esse percentual era de 5% (ver Tabela 8). Como entre os recursos arrecadados os impostos são a melhor medida da capacidade de arrecadação própria, verifica-se claramente que os municípios conveniados com a Secretaria de Educação são aqueles com menor poder de arrecadação. As transferências realizadas pelo governo estadual têm, em relação à receita total, praticamente o mesmo peso relativo para os

municipalizados (36,5%) e não municipalizados (34,6%). Considerando-se as transferências federais e admitindo-se que os municipalizados são mais pobres, verifica-se que estas transferências são, de fato, fortemente corretoras dos desequilíbrios regionais, pois respondem por 17,1% da receita total nos não municipalizados e por 45,0% dos municipalizados.

Em 1991, as despesas de capital em todas as funções representaram 28,2% das despesas totais dos não municipalizados e 15,6% nos municipalizados, o que significa que os não municipalizados têm maiores condições de investimento em obras e equipamentos (ver Tabela 9). Nos municipalizados, as despesas com material de consumo sobre as despesas totais representaram 20,9% em 1990 e 18,7% em 1991, contra 7,2% e 5,4%, respectivamente, nos não municipalizados, o que poderia estar indicando que os primeiros realizam obras por meio de administração direta mais constantemente que os referidos.

Ainda em 1991, os 42 municípios da amostra gastaram, com educação, de 17,5% (Nova Aliança do Ivaí) a 34,7% (Ourizona) das despesas totais municipais. Em média, 24,7% da despesa total dos municípios da amostra foi com educação. Os não municipalizados gastaram 24,2% e os municipalizados, 26,2%, praticamente o mesmo percentual, portanto (ver Tabela 10).

Entre as despesas com educação, o programa de ensino fundamental absorveu 84,5% do total, em média. Esse percentual oscilou entre 48,6% (Maringá) e 100,0% (Catanduvas). Em média, com Educação Física e Desporto foram gastos 6,4%; 3,2% no programa de Educação 0-6 anos; 2,7% no programa de cultura e 2,4% com assistência ao educando. As despesas com pessoal nesses municípios foi de 54,3% em média, oscilando entre 32,2% (Arapoti) e 77,9% (Tamboara) (ver Tabela 10).

Considerando-se a amostra de 42 municípios em sua globalidade, verifica-se que:

- a) dos 42 municípios, 35 gastam mais de 25% das receitas de impostos e transferências com educação, e despendem 31,2%, em média, com um desvio-padrão de 6,4 (ver Tabela 12);
- b) a amplitude da variação das despesas municipais em educação, com relação às receitas municipais de impostos mais transferências, é de 31,4 pontos percentuais (49,8 - 18,4 = 31,4); e
- c) apenas um município (2%) gasta menos que 20,0% das receitas com impostos e transferências com educação; seis (14%) gastam entre 20% e 25%; onze (26%) gastam entre 25% e 30%; onze (26%), entre 30% e 35%; dez (24%), entre 35% e 40%; e três (7%), acima de 40%.

VIII. O CUSTO ALUNO/ANO

Como não há estudos recentes concluídos sobre o custo aluno/ano no estado do Paraná, para efeito deste trabalho a despesa será considerada como sinônimo de custo. As despesas do governo estadual com programas de ensino fundamental, em 1991, foram de US\$ 272 milhões, que, divididos pelos 1,070 milhão de alunos matriculados, resultam em um custo aluno/ano de US\$ 255. Na rede municipal, tomando por base a amostra, no mesmo ano, a despesa com programas de ensino fundamental foi de US\$ 45,7 milhões, para 105,7 mil alunos matriculados, resultando em US\$ 432,7 o custo aluno/ano (ver Tabela 12). Embora esses dados constituam uma aproximação, apontam para um custo aluno/ano médio em escolas públicas (estaduais e municipais) do estado do Paraná de US\$ 313, aproximadamente.

IX. OS ASPECTOS FINANCEIROS DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

Dispositivos constitucionais federais e estaduais determinam que os municípios devem atuar prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino pré-escolar, do ensino fundamental e da educação especial. Como já existem no estado as duas redes implantadas, a oferta do ensino fundamental, especificamente, deve ser considerada como um esforço coordenado e de colaboração entre as duas esferas de governo. Conforme mencionado anteriormente, desde 1986 o governo do estado não contrata mais professores para lecionar da 1ª a 4ª séries do ensino fundamental da sua rede e, desde 1988, não expande a oferta dessas mesmas séries. Essas

decisões foram tomadas unilateralmente, esperando a Secretaria de Educação que os municípios viessem a assumir, gradativamente, a expansão do ensino fundamental. Os municípios foram incentivados a contratar professores (CLT), para cobrir vagas em escolas estaduais, e a Secretaria de Educação transferia recursos para o seu pagamento.

A partir da Constituição Estadual de 1991, a Secretaria de Educação deixou de transferir os recursos para pagamento dos professores contratados pelos municípios, muitos dos quais já efetivados por concurso. Por iniciativa do governo estadual foi então instituído um "novo" programa de municipalização, corrigindo os problemas criados e dando maior racionalidade à passagem da administração das escolas estaduais e outros serviços da pré-escola, 1ª a 4ª séries, Educação Especial e Supletivo Fase 1, para os municípios, mediante a celebração de convênios. A Secretaria de Educação assumia a responsabilidade de:

- a) ceder os professores estaduais que atuam nas escolas municipalizadas, assegurando-lhes todos os direitos;
- b) prestar orientação técnico-pedagógica;
- c) prestar assistência técnica a pessoal docente e administrativo;
- d) manter, em parceria com o município, os prédios estaduais e equipamentos, arcando com as despesas de manutenção; e
- e) prestar assistência financeira aos municípios que aplicam o mínimo constitucional de 25% em educação.

Dos 373 municípios, no início de 1992, o Termo Cooperativo de Parceria Educacional foi assinado por 92. No final do mesmo ano, eram 260, e, em junho de 1993, 271 já haviam assinado o termo. Não há como negar que alguns municípios, dada a situação criada com a suspensão do repasse para o pagamento de professores, foram compelidos a participar do programa. Há os que ainda não assinaram, porque, pelos critérios de transferência de recursos, nada receberiam, ou porque são "ricos", ou porque não têm rede própria, e, alguns poucos, por razões de ordem político-partidária.

A Secretaria de Educação vem transferindo recursos para os municípios exclusivamente no âmbito do programa de municipalização. Para a determinação dos municípios que receberão auxílio financeiro (ver Anexo 3) toma-se, a cada trimestre, a média mensal das receitas constitucionalmente estabelecidas, corrigidas mês a mês. Tomam-se, então, 25% desse valor e dividem-se pelo custo aluno/mês determinado pela Secretaria de Educação, que, em 1992, estava em torno de US\$ 12 mensais. Se o número encontrado for maior do que o número de alunos das escolas municipais e estaduais incorporadas, o município nada receberá; caso contrário, terá a receber. Se mais de 80% da matrícula estiver a descoberto, o custo/aluno a ser repassado terá um acréscimo de 20%. No último trimestre de 1992, dos 260 municípios, 59 tiveram a receber.

Atualmente, esta é a única forma direta de transferência de recursos da Secretaria de Educação para os municípios. É realizada mensalmente e corrigida trimestralmente, estando destinada a cobrir as despesas correntes. O salário dos professores das escolas estaduais municipalizadas permanece sendo pago pela Secretaria de Educação até que ele se demita ou se aposente. Dessa forma, a reposição de professores deverá ocorrer por conta do município.

Da maneira como está sendo realizada, tomando-se como base 1992, o custo aluno/ano estimado estaria em torno US\$ 262 anuais, calculado da seguinte forma: 12 meses multiplicado por US\$ 12 (= US\$ 144), acrescido de US\$ 118, valor médio do pagamento anual de pessoal. Este valor é menor do que o custo aluno/ano médio praticado pelos municípios, e praticamente igual ao praticado pelo Estado, situando-se 30% abaixo da média ponderada das duas redes, que é US\$ 371.

A curto prazo, a fórmula empregada, a considerar-se a situação encontrada em 1992, não parece trazer perdas ao governo estadual. Para os municípios que têm mais alunos do que sua capacidade financeira de matrícula, a fórmula é vantajosa, uma vez que, pelos alunos excedentes de sua própria rede, receberá um adicional. Mas, para os municípios que têm esta capacidade superior aos alunos matriculados em sua rede, o contrato de parceria traz perda de recursos, vez que terá de arcar com as despesas das escolas estaduais transferidas, antes suportadas pela

Secretaria de Educação. Por esta razão, grande parte dos municípios maiores e mais ricos tem se recusado a participar do programa.

A médio prazo, pelas informações disponíveis e pela forma como está definido o programa, será difícil determinar quem arcará com perdas ou terá ganhos. A Secretaria de Educação parece a menos exposta a perdas financeiras, uma vez que o valor do custo/aluno utilizado na fórmula que define os repasses é administrado. Ou seja, é um valor arbitrado pela própria Secretaria de Educação, o qual, dependendo das disponibilidades, pode ser aumentado ou diminuído. As despesas do município serão crescentes não somente porque terão de arcar com os custos de investimento e custeio da inevitável expansão da rede, como terão de admitir pessoal para substituir os professores estaduais "cedidos" que se aposentem.

O quadro de professores da Pré-Escola e 1ª a 4ª séries pagos pelo governo estadual poderá se extinguir por aposentadoria ou por avanço vertical por qualificação. Por aposentadoria, o ano de 2011 seria a data fatal, uma vez que os professores se aposentam com 25 anos de trabalho e o último concurso para ingresso ao Quadro Próprio do Magistério (para 1ª a 4ª séries) ocorreu em 1986. Por avanço vertical, hipótese pouco provável, precisar-se-ia, no mínimo, de nove anos para que todos os professores cedidos fossem promovidos, e, assim, em 1999, por avanço vertical por qualificação, o quadro seria extinto. Em ambos os casos, o quadro seria extinto paulatinamente, o que significa uma crescente redução dos gastos do governo do estado e um aumento das despesas dos governos municipais.

X. CONCLUSÕES

Existe uma tendência praticamente estável na capacidade de arrecadação do governo estadual. No período 1988-92, ela permaneceu oscilante em torno dos US\$ 1,6 bilhão, atingindo seu ponto mais baixo em 1989 (US\$ 1,5 bilhão) e o mais alto em 1990 (US\$ 1,9 bilhão). As transferências da União cresceram mais no período do que a arrecadação própria mediante impostos e taxas (ver Tabela 1).

As despesas do governo estadual, no mesmo período, foram constantemente decrescentes, com exceção das realizadas em 1989, revelando um esforço de contenção do déficit orçamentário. De US\$ 2 bilhões em 1988, as despesas caíram para US\$ 1,6 bilhão em 1992, ou seja, 27% (ver Tabela 2).

As despesas na função educação e cultura do governo estadual também caíram, em valores absolutos, em torno de 15%. Como esta queda foi menor do que a ocorrida na despesa total, em valores relativos as despesas na função foram levemente crescentes, respondendo por 24,6% das despesas totais em 1988 e chegando a 27% em 1992 (ver Tabela 2).

O percentual mínimo de 25% de aplicação de recursos provenientes de impostos e transferências em manutenção e desenvolvimento do ensino foi ultrapassado em todos os anos do período, estando a média em torno 39% (ver Tabela 6).

A despesa com o pessoal tem tendência crescente no governo estadual, respondendo por 56% das despesas totais. Na educação, porém, a despesa com pessoal manteve-se praticamente estável, respondendo, no período 1985-92, por 31% das despesas totais com pessoal no governo estadual (ver Tabela 3), embora os salários tenham sido reduzidos em valores reais (ver Tabela 13). Em valores relativos, a despesa com pessoal, que absorvia 74% da despesa total da Secretaria de Educação e Fundepar, passou a absorver 82,9% em 1992, mantendo, no período, média de 71,5% (ver Tabela 5).

As despesas com o programa de Ensino de 1º Grau responderam, em média, por 63,1 % das despesas totais da Secretaria de Educação e Fundepar, no período 1985-92, oscilando entre 55,1% (1988) e 78,3% (1991), manifestando tendência crescente no período (ver Tabela 4).

As receitas dos 373 municípios paranaenses cresceram 28,3% no período 1989-92 (de US\$ 749,3 milhões para US\$ 961,5 milhões), manifestando uma tendência de crescimento, não obstante uma inflexão de 1990 para 1991. Esse crescimento não foi devido à arrecadação própria (impostos e taxas), que, de fato, caiu, mas às transferências da União e do estado (ver Tabela 7).

Uma amostra de 42 municípios revelou que, em 1991, nos municípios não municipalizados (que não aceitaram assinar o convênio de municipalização com a Secretaria de Educação), 20,5% do total da receita era proveniente de impostos, enquanto nos municipalizados esse percentual era de 5%. Isto estaria revelando que o programa de municipalização vem interessando mais aos municípios de menor capacidade de arrecadação própria (ver Tabela 8).

Os 42 municípios da amostra, em 1991, gastaram 24,7% de sua receita total com educação, sendo 24,2% os não municipalizados e 26,2% os municipalizados (ver Tabelas 9 e 10). Embora os dados disponíveis não permitam verificar com exatidão se o percentual constitucional de 25% foi atingido, tudo indica o seu não-cumprimento por alguns municípios, principalmente quando se considera que quase toda a receita municipal é proveniente de impostos e transferências (ver Tabela 11).

Os 42 municípios da amostra, em 1991, em média, tiveram 84,5% das despesas com educação com o programa de ensino fundamental. Esse percentual oscilou entre 48,6% e 100%. As despesas com pessoal, nesses municípios, absorveram, em média, 54,3% da despesa total com educação (ver Tabela 10).

O custo aluno/ano nas escolas públicas da rede estadual, em 1991, foi de US\$ 255 e, na rede municipal (amostra), de US\$ 432,7 (ver Tabela 12). O custo aluno/ano para as escolas públicas do estado (rede estadual+rede municipal) seria de US\$ 313, aproximadamente.

No início de 1992, dos 373 municípios existentes no estado, 92 haviam assinado o Termo Cooperativo de Parceria Educacional. No final de 1992, já eram 260 os municípios signatários; em junho de 1993, eram 271. Esse termo é atualmente o único instrumento hábil de transferência de recursos da Secretaria de Educação para os municípios. A Secretaria se compromete a transferir aos municípios signatários, mensalmente, uma "bolsa" por aluno no valor aproximado de US\$ 12 (1992), dependendo da capacidade financeira do município.

TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS E GRÁFICOS

• Evolução das Receitas do Governo do Estado do Paraná (Tabela 1)	17
• Evolução da Receita/Tendência da Receita (Gráfico 1)	18
• Despesas Realizadas pelo Governo do Estado do Paraná, por Função (Tabela 2)	19
• Evolução da Despesa por Função/Tendência das Despesas por Função(Gráfico 2)	20
• Despesas Totais, com Pessoal e Órgão de Educação do Governo do Estado do Paraná (Tabela 3)	21
• Evolução da Despesa com Pessoal/Tendência das Despesas com Pessoal (Gráfico 3)	22
• Despesas do Governo do Estado do Paraná com Educação, por Programa (Tabela 4)	23
• Evolução dos Programas com Educação/Tendência dos Programas com Educação (Gráfico 4)	24
• Despesas da Secretaria de Educação e Fundepar, por Categoria Econômica (Tabela 5)	25
• Evolução das Despesas com Educação/Tendência das Despesas com Educação (Gráfico 5)	26
• Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no Estado do Paraná — Aplicação dos 25% Constitucionais (Tabela 6)	27
• Aplicação dos 25% Constitucionais/Tendência da Aplicação dos 25% Constitucionais (Gráfico 6)	28
• Receita Orçamentária dos Municípios do Estado do Paraná (Tabela 7)	29
• Evolução da Receita dos Municípios/Tendência da Receita dos Municípios (Gráfico7)	30
• Receita Orçamentária de Amostra de Municípios do Estado do Paraná (Tabela 8)	31
• Evolução da Receita Orçamentária Municipal/Tendência da Receita Orçamentária Municipal (Gráfico 8)	34
• Despesas Orçamentárias de Amostra de Municípios do Estado do Paraná (Tabela 9)	35
• Evolução da Despesa Orçamentária Municipal/Tendência da Despesa Orçamentária Municipal (Gráfico 9)	40
• Despesas na Função Educação e Cultura e por Elemento (Tabela 10)	41
• Amostra: Despesas com Educação e Receitas Municipais (Tabela 11)	52
• Percentual da Receita Gasta com Educação (Gráfico 11)	53

• Despesas no Programa Ensino Fundamental (Tabela 12)	54
• Vencimentos dos Quadros Próprios do Magistério e da CLT (Tabela 13)	55
• Evolução dos Salários do Magistério (Gráfico 13)	56
• Despesas no Programa de Ensino Fundamental (Tabela 14)	57

ANEXOS

- Amostra: Municípios Selecionados (Anexo 1)
 - Amostra: Distribuição Territorial dos Municípios Selecionados (Anexo 2)
 - Cálculo do Valor a ser Repassado aos Municípios (Anexo 3)
-

TABELA 1
Evolução das Receitas do Governo do Estado do Paraná

	(Em mil US\$ de 1992)*				
Receitas	1988	1989	1990	1991	1992
Receitas Correntes	1.230.293	1.372.235	1.682.522	1.575.607	1.564.253
Receita Tributária	1.059.150	1.190.285	1.276.447	1.135.522	1.085.768
Impostos	1.044.831	1.183.374	1.268.249	1.123.411	1.074.576
S/Patrimônio e Renda	24.343	31.115	42.115	31.562	51.604
Renda e Proventos	0	16.702	22.955	14.951	17.594
Propr. de Veículos	8.027	7.655	13.609	11.604	29.608
Transmissão de Bens	16.316	6.758	5.551	5.008	4.401
S/Produção e Circulação	1.020.488	1.152.260	1.226.134	1.091.849	1.022.972
Circ. Merc./Transp./Com.	1.020.488	1.152.260	1.226.134	1.091.849	1.022.972
Taxas	14.319	6.911	8.198	12.111	11.192
Ex. Poder de Polícia	11.939	6.703	8.007	11.840	10.962
Prestação de Serviços	2.379	209	191	271	231
Receita Patrimonial	94.461	63.436	143.711	190.813	207.304
Receita Agropecuária	47	2	0	36	3
Receita Industrial	162	10	0	65	26
Receita de Serviços	292	176	154	398	462
Transferências Correntes	44.076	104.087	246.334	226.333	223.581
Transf. Intragovernamentais	0	0	257	0	0
Transf. Intergovernamentais	44.076	104.087	246.077	226.333	219.428
Transf. da União	44.076	104.087	246.077	226.333	219.428
Partic. Rec. da União	43.976	102.932	245.989	225.216	219.428
FPE	17.139	62.281	138.203	117.208	117.176
IRRF	26.619	40.652	55.750	49.692	26.069
IPI	0	0	52.013	58.308	46.842
IOF.../Comércio Ouro	0	0	23	7	1
Salário-Educação	218	0	0	0	29.339
Outras Transf. da União	100	1.155	0	0	0
Convênios C/O. Federais	0	0	88	1.117	4.127
Outras Receitas Correntes	32.105	14.237	15.876	22.440	47.109
Receitas de Capital	395.185	160.278	176.712	61.141	45.053
Operações de Crédito	222.661	80.505	140.117	29.268	39.697
Alienação de Bens	2	0	0	0	79
Amortização de Empréstimos	23.932	2.413	2.794	2.681	4.638
Transferência de Capital	148.522	77.318	33.772	29.193	638
Transf. da União	148.522	77.318	33.772	29.193	638
Salário-Educação	21.611	19.659	33.709	29.193	0
Outras Transf. União	126.911	57.660	63	0	638
Outras Receitas de Capital	69	42	30	0	0
Total da Receita	1.625.478	1.532.513	1.859.234	1.636.749	1.609.306

Fonte: Balanços Gerais do Estado.

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

GRÁFICO 1.1

Evolução da Receita

Governo do Estado do Paraná

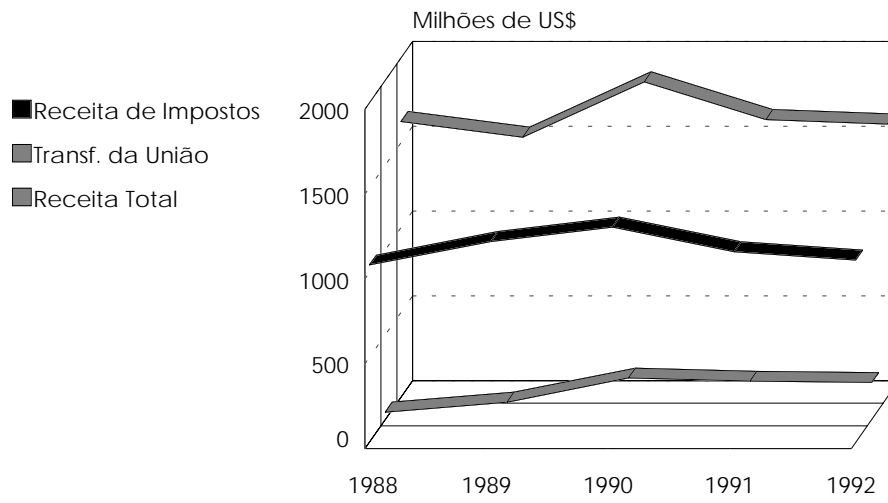


GRÁFICO 1.2

Tendência da Receita Governo do Estado do Paraná

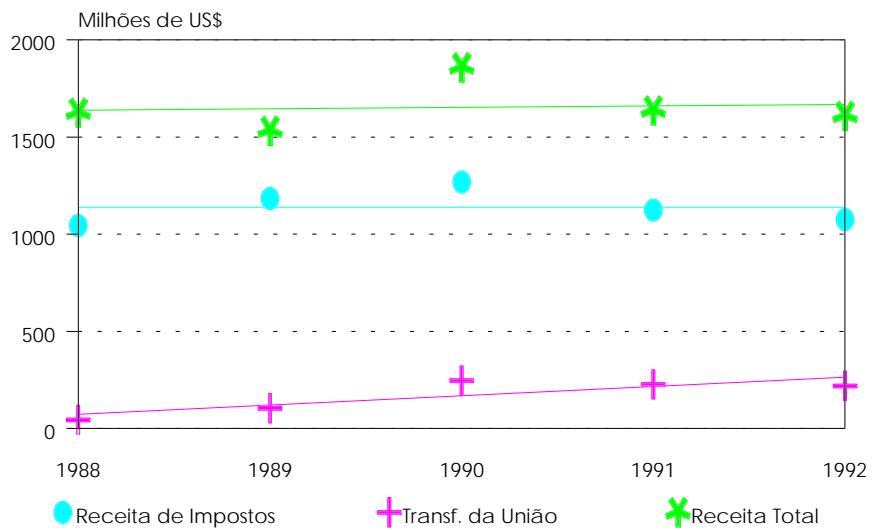


TABELA 2
Despesas Realizadas pelo Governo do Estado do Paraná, por Função

(Em US\$ mil de 1992)*

Função	1988		1989		1990		1991		1992	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
1. Legislativa	34.277	1,72	41.654	2,00	47.724	2,67	48.004	2,93	42.258	2,70
2. Judiciária	87.112	4,38	126.195	6,07	149.518	8,37	151.543	9,26	128.184	8,19
3. Adm. Planejamento	380.753	19,12	636.194	30,60	386.134	21,61	253.190	15,47	184.896	11,81
4. Agricultura	66.487	3,34	92.350	4,44	66.418	3,72	75.220	4,60	71.094	4,54
5. Comunicações	718	0,04	509	0,02	1.033	0,06	356	0,02	0	0,00
6. Def. Nac. Seg. Publ.	118.907	5,97	120.907	5,82	130.153	7,28	129.650	7,92	125.235	8,00
7. Desenv. Regional	65.467	3,29	13.443	0,65	16.850	0,94	35.220	2,15	78.242	5,00
8. Educ. e Cultura	488.801	24,55	500.963	24,10	460.280	25,76	441.391	26,96	423.740	27,06
9. Ener. Rec. Miner.	14.668	0,74	4.565	0,22	22.223	1,24	30.656	1,87	21.346	1,36
10. Habit. Urbanismo	5.698	0,29	3.578	0,17	2.680	0,15	15.739	0,96	39.207	2,50
11. Ind., Com. e Serv.	25.680	1,29	5.752	0,28	8.411	0,47	23.752	1,45	44.708	2,86
12. Rel. Exteriores	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
13. Saúde e Saneamento	59.406	2,98	89.389	4,30	76.832	4,30	65.924	4,03	79.207	5,06
14. Trabalho	2.186	0,11	5.294	0,25	5.870	0,33	3.753	0,23	2.202	0,14
15. Assist. Previd.	234.099	11,76	245.879	11,83	249.928	13,99	230.610	14,09	244.571	15,62
16. Transportes	406.609	20,42	192.353	9,25	163.006	9,12	131.939	8,06	80.917	5,17
Total	1.990.868	100,0	2.079.025	100,0	1.787.061	100,0	1.636.946	100,0	1.565.807	100,0

Fonte: *Balancos Gerais do Estado.*

*Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

GRÁFICO 2.1

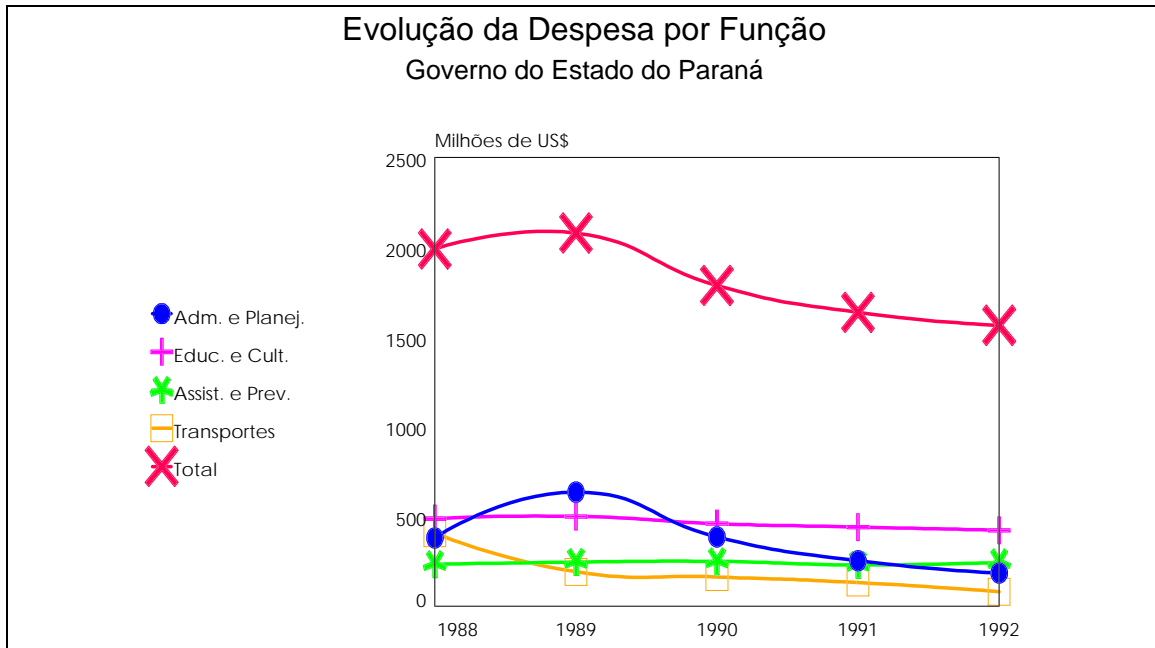


GRÁFICO 2.2

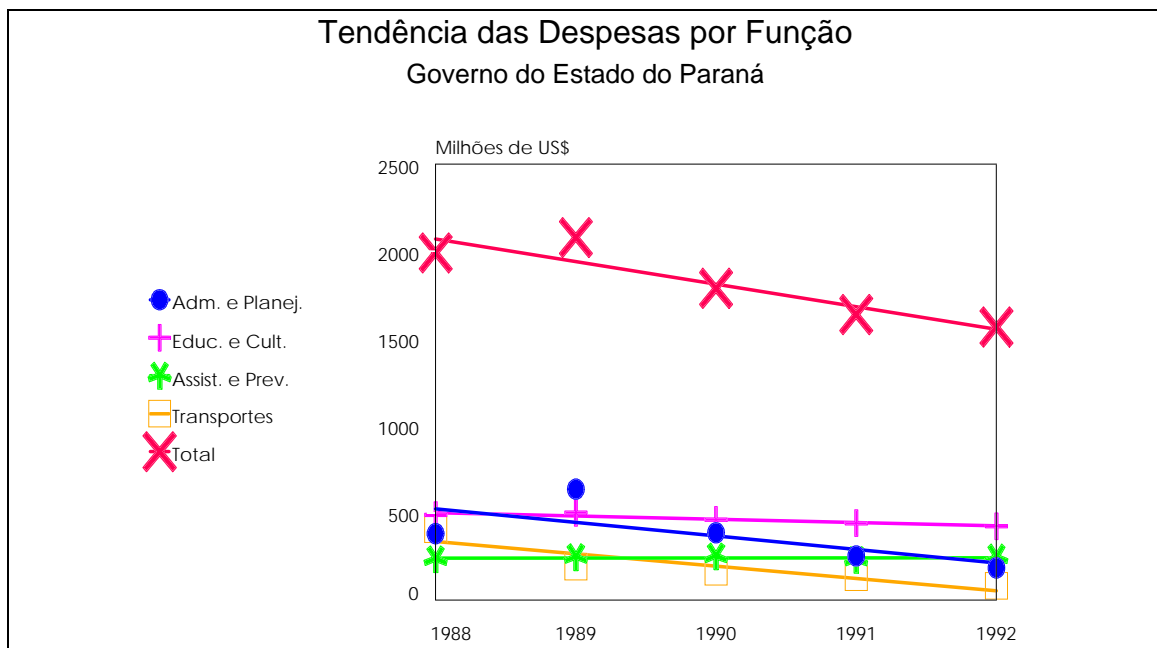


TABELA 3
Despesas Totais, com Pessoal e Órgãos de Educação do Governo do Estado do Paraná

Despesas	(Em milhões de US\$ de 1992)*							
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Despesas Totais do Estado	2.009	2.438	2.433	2.272	2.463	2.131	1.625	1.740
Tesouro	1.770	2.196	2.234	1.979	2.054	1.781	1.448	1.566
Outras Fontes	239	243	200	293	409	350	177	174
Despesas Totais com Pessoal	675	843	842	772	866	816	1.003	975
Administração Direta	423	546	553	460	500	498	778	776
Administração Indireta	252	297	288	312	366	318	224	199
Despesas da SEd e Fundepar	327	422	429	368	364	344	343	328
Pessoal	242	325	334	269	256	218	233	272
Outras	84	97	95	98	108	126	110	55

Fonte: SEFA/SEAD.

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes a Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

OBS: por incluir despesas da Administração Indireta, alguns valores desta tabela diferem dos da Tabela 2.

GRÁFICO 3.1

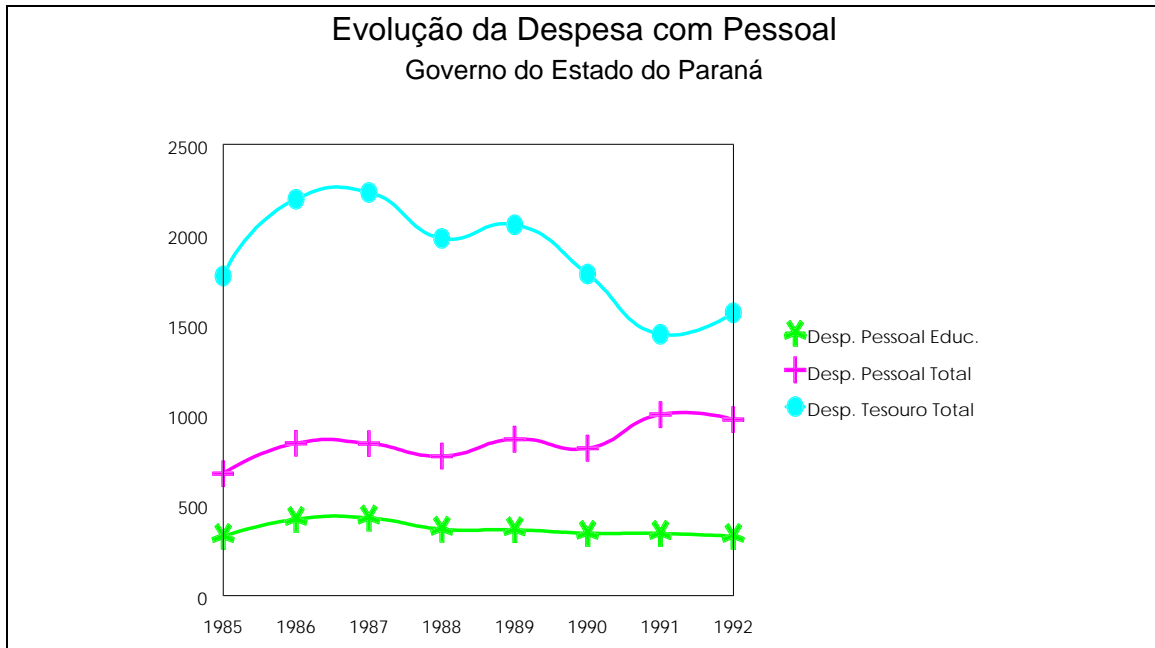


GRÁFICO 3.2

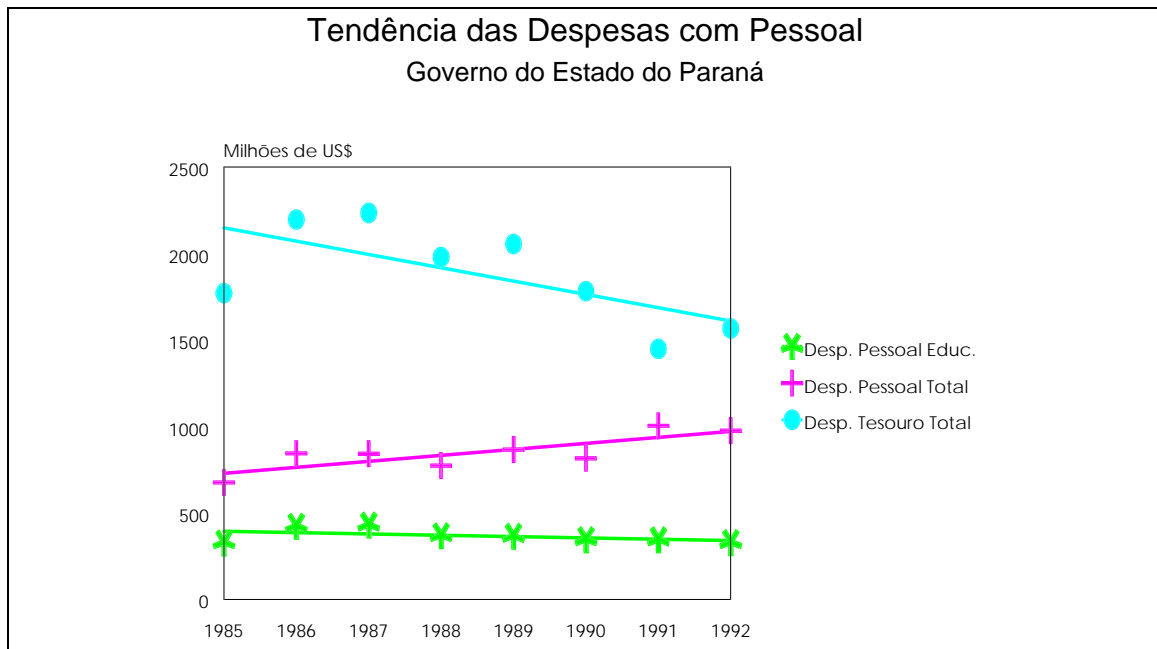


TABELA 4
Despesas do Governo do Estado do Paraná com Educação, por Programa

Programas	(Em mil US\$ de 1992)*							
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Administração	24.803	45.883	32.424	32.726	532	37.846	37.523	42.585
Secretaria de Educação	19.897	40.458	27.600	28.034	532	32.677	37.482	42.256
Fundepar	4.906	5.425	4.823	4.693	0	5.169	41	329
Ensino de 1º Grau	252.022	321.010	332.100	287.035	319.825	303.376	272.409	245.905
Secretaria de Educação	221.625	277.558	296.627	249.694	278.197	267.293	272.409	245.904
Fundepar	30.397	43.452	35.473	37.341	41.628	36.083	0	1
Ensino de 2º Grau	33.174	37.524	45.119	31.525	28.914	24.831	25.428	26.995
Secretaria de Educação	32.446	36.864	44.411	30.590	28.401	24.407	25.428	26.995
Fundepar	728	659	708	935	513	424	0	0
Ensino Superior	68.620	97.551	112.944	123.795	138.688	116.120	0	0
Secretaria de Educação	68.620	97.551	112.944	123.795	138.688	116.120	0	0
Fundepar	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Supletivo	2.310	3.323	4.324	2.974	3.485	3.006	3.432	4.361
Secretaria de Educação	2.310	3.323	4.324	2.974	3.485	3.006	3.432	4.361
Fundepar	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação Física e Desporto	64	341	54	54	45	0	2.959	2.780
Secretaria de Educação	64	341	54	54	45	0	283	285
Fundepar	0	0	0	0	0	0	2.676	2.495
Assistência aos Educandos	282	265	482	19	51	69	91	0
Secretaria de Educação	282	265	482	19	51	69	91	0
Fundepar	0	0	0	0	0	0	0	0
Cultura	31	13	2	0	0	0	0	0
Secretaria de Educação	31	13	2	0	0	0	0	0
Fundepar	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação Especial	1.750	1.853	2.402	3.160	4.763	4.276	5.882	9.283
Secretaria de Educação	1.750	1.853	2.402	3.160	4.763	4.276	5.882	9.283
Fundepar	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas e Proj. Espec. (1)	45.898	45.182	37.481	39.759	34.808	59	0	0
Secretaria de Educação	39.515	42.017	36.891	39.723	34.808	59	36	0
Fundepar	6.383	3.165	590	36	0	0	0	0
Total Geral	428.954	552.945	567.332	521.047	531.112	489.584	347.724	331.909
Secretaria de Educação	386.539	500.244	525.738	478.042	488.972	447.908	345.042	329.085
Fundepar	42.414	52.701	41.595	43.005	42.140	41.676	53.656	2.824
Total Geral Corrigido (2)	329.708	421.829	429.029	367.548	363.960	340.752	312.602	308.436

Fonte: SEFA/SEAD.

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

1 Inclui os programas Proteção do Meio Ambiente, Programas Especiais e Programas Integrados.

2 Estão excluídas as transferências da Secretaria de Educação para a Fundepar. Nas parcelas, há "dupla contagem", uma vez que estão incluídas estas transferências intragovernamentais.

GRÁFICO 4.1

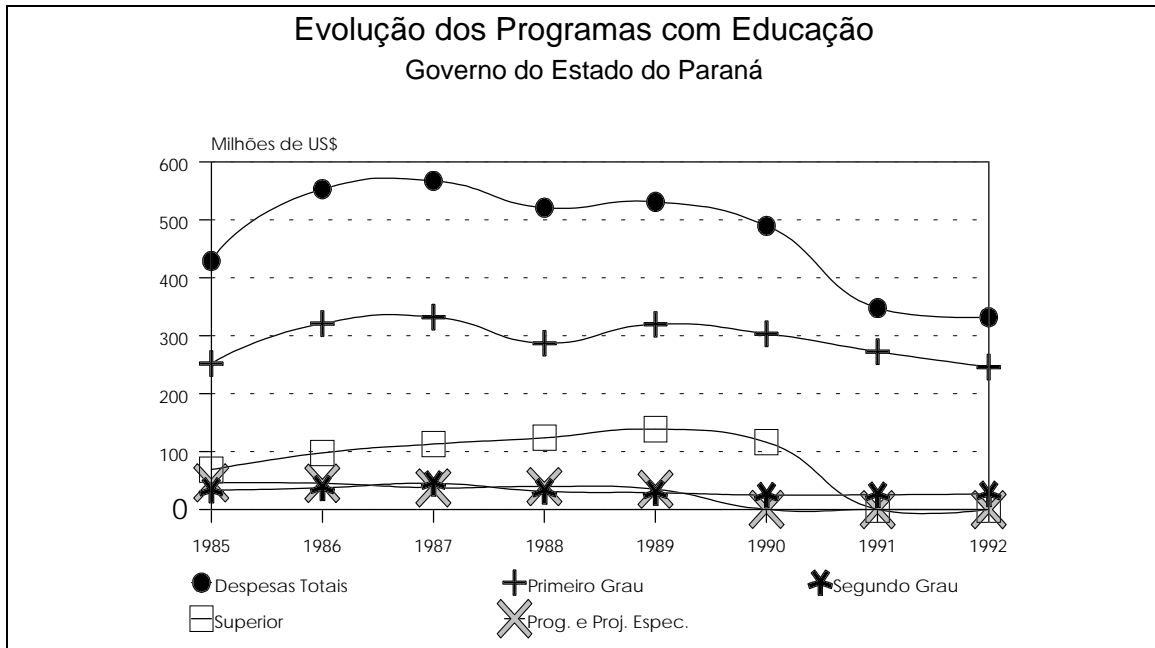


GRÁFICO 4.2

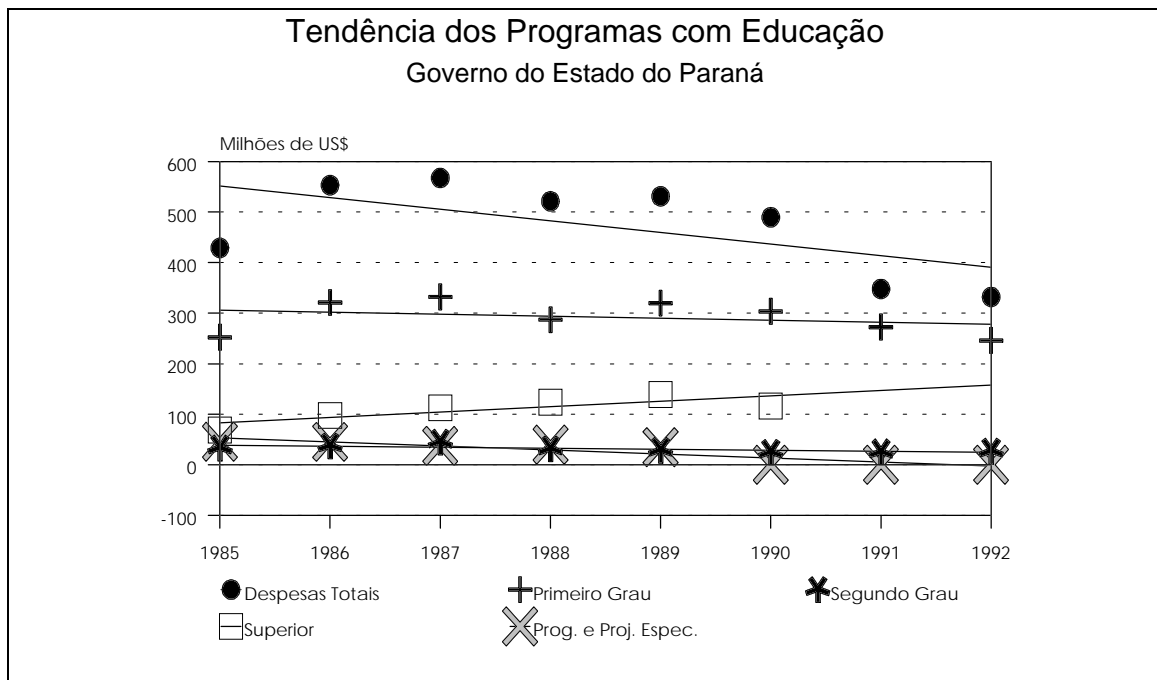


TABELA 5
Despesas da Secretaria de Educação e Fundepar, por Categoria Econômica

(Em milhões de US\$ de 1992)*

Anos	Despesa Total	Despesa Corrente			Despesa de Capital			
		Total	Pessoal	Outras	Total	Investimento	Transferência	Outras
1985	327	289	242	47	38	35	3	0
1986	422	375	325	51	46	46	0	0
1987	429	393	334	60	36	32	3	0
1988	368	331	269	62	36	35	1	0
1989	364	328	256	72	35	34	1	0
1990	344	310	218	92	34	34	0	0
1991	343	311	233	77	33	32	1	0
1992	328	304	272	32	23	22	1	0

Fonte: SEFA/Balanço Geral da Fundepar, Anexo 11 da Lei nº4.320.

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992.

GRÁFICO 5.1

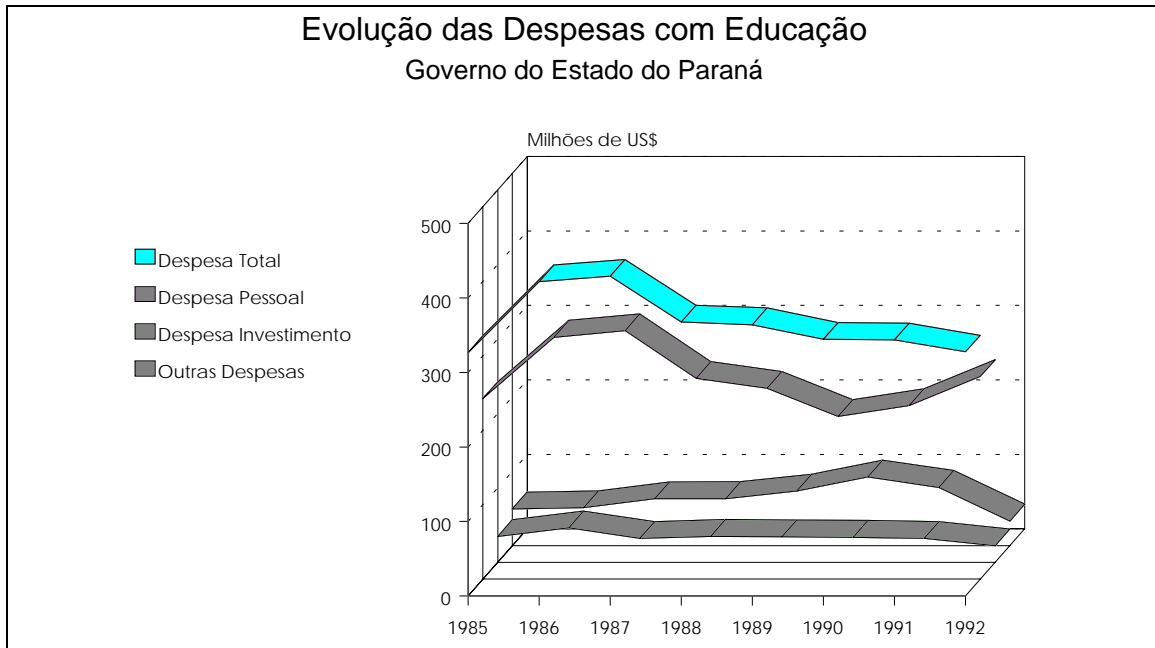


GRÁFICO 5.2

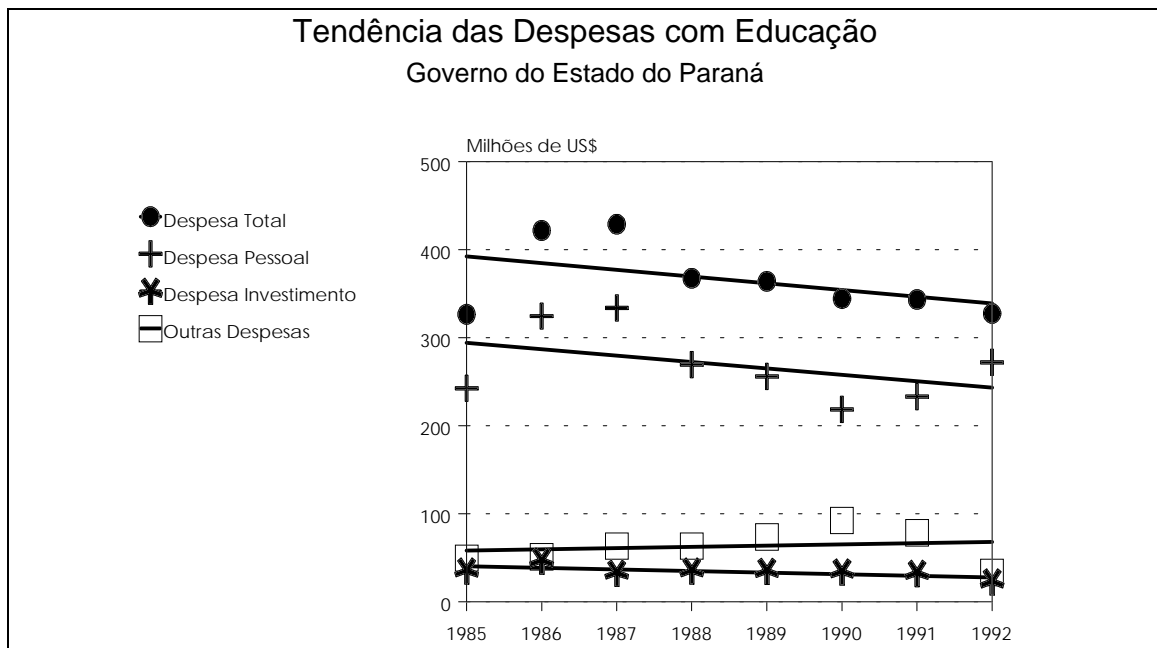


TABELA 6
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no Estado do Paraná
— Aplicação dos 25% Constitucionais —

	(Em mil US\$ de 1992)*			
	1989	1990	1991	1992 (1)
Impostos Líquidos	1.183.374	1.268.249	1.123.411	1.074.576
ICMS	1.152.260		1.091.849	
ITBI	551			
IPVA	7.655		11.604	
AIR	16.702		14.951	
ITCMD	6.206		5.008	
Transf. Federais	158.285	246.052	225.216	190.089
FPE	111.215	138.203	117.208	
IRRF	40.652	55.750	49.692	
IULCLG -FRN	2.084			
IULCLG -AR	247			
IUEE	2.447	0		
IUM	383	36		
ISTR	1.257	27		
IPI		52.013	58.308	
IOCCSRTVI-Ouro		23	7	
Total	1.341.659	1.514.301	1.348.627	1.264.665
Despesa Realizada	701.311	526.027	508.509	488.362
Cota-Parte Sal. Educação	19.659	33.709	29.193	21.439
Convênio com Org. Federais				
Despesa Líquida	681.652	492.318	479.317	465.727
Percentual Aplicado (Desp. Liq./ Total)	50,81	32,51	35,54	36,83

Fonte: *Balanços Gerais do Estado.*

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

(1) Valores apurados pela Secretaria do Estado da Fazenda pelo Sistema SIAF - DICON/CAFE/SEFA

GRÁFICO 6.1

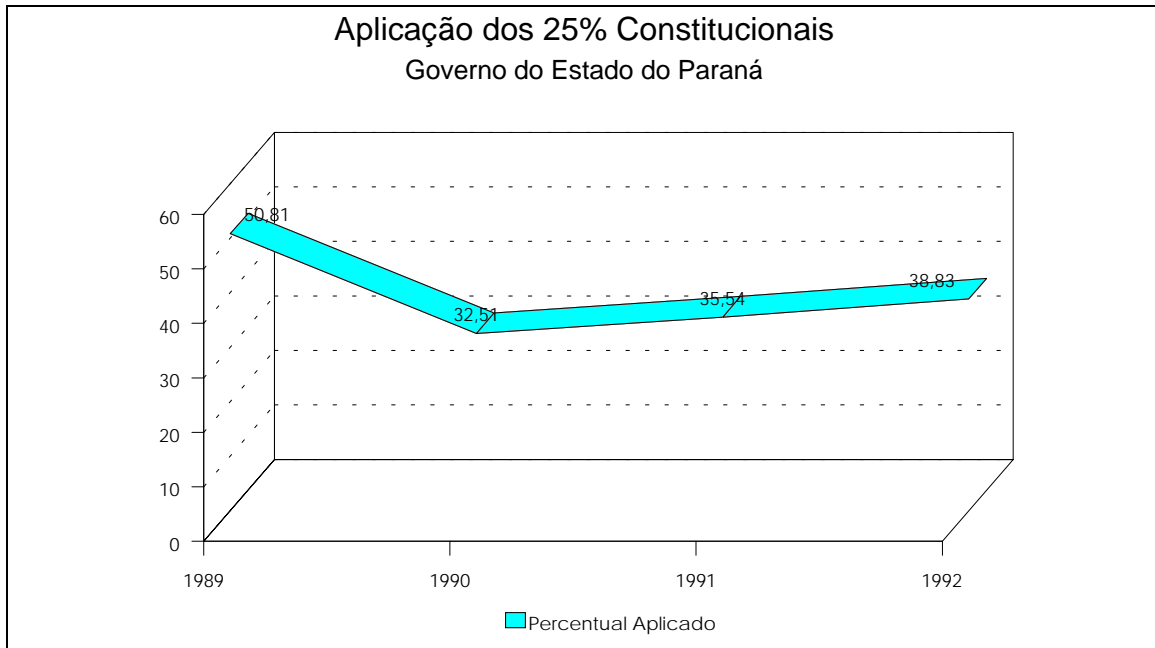


GRÁFICO 6.2

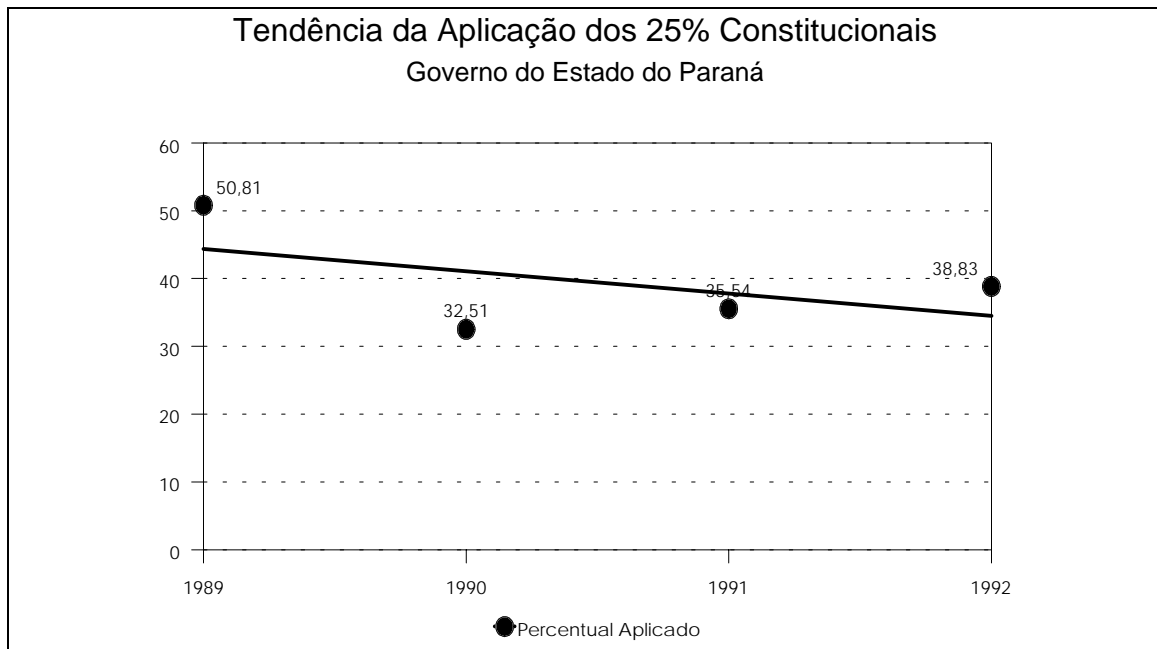


TABELA 7
Receita Orçamentária dos Municípios do Estado do Paraná

(Em mil US\$ de 1992)*			
Receitas	1989	1990	1991
Receitas Correntes	685.189	958.403	866.479
Impostos	115.771	148.343	100.687
I. Transmissão Bens Imov.	26.556	21.086	24.393
I. Pred. Terr. Urbano	11.641	29.130	59.997
IVVC	12.401	16.314	16.297
ISS	65.174	81.813	0
Transferências	569.417	810.060	765.791
União	233.648	331.286	321.249
C/P Fpm	211.229	306.485	268.925
I.R. Retido Fonte	6.442	9.249	13.767
I. Terr. Rural	668	1.156	2.824
C/P I. Transportes	464	24	230
C/P Salário-Educação	42	0	136
Outras	14.803	14.374	35.367
Estado	335.044	471.232	435.627
C/P ICM	279.099	389.853	360.582
C/P ITBI	2.218	412	565
Outras	53.728	80.967	74.480
Outras	725	7.542	8.915
Receitas de Capital	64.084	72.284	95.027
Receita Total	749.273	1.243.036	961.506

Fonte: *Tribunal de Contas do Estado do Paraná.*

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

GRÁFICO 7.1

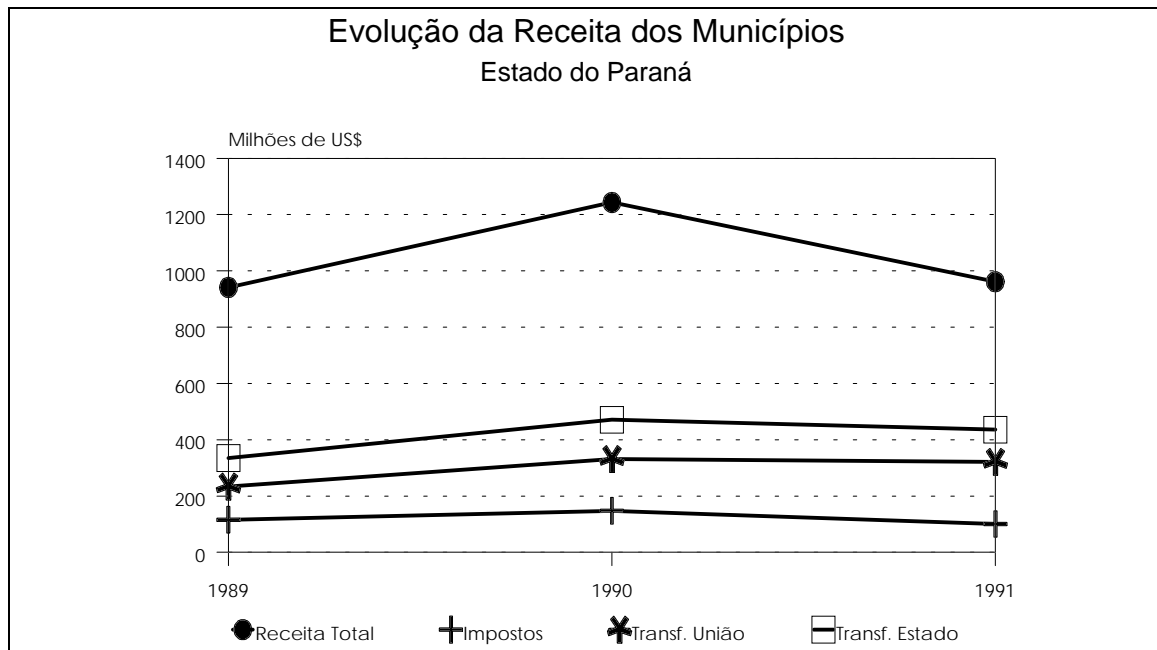


GRÁFICO 7.2

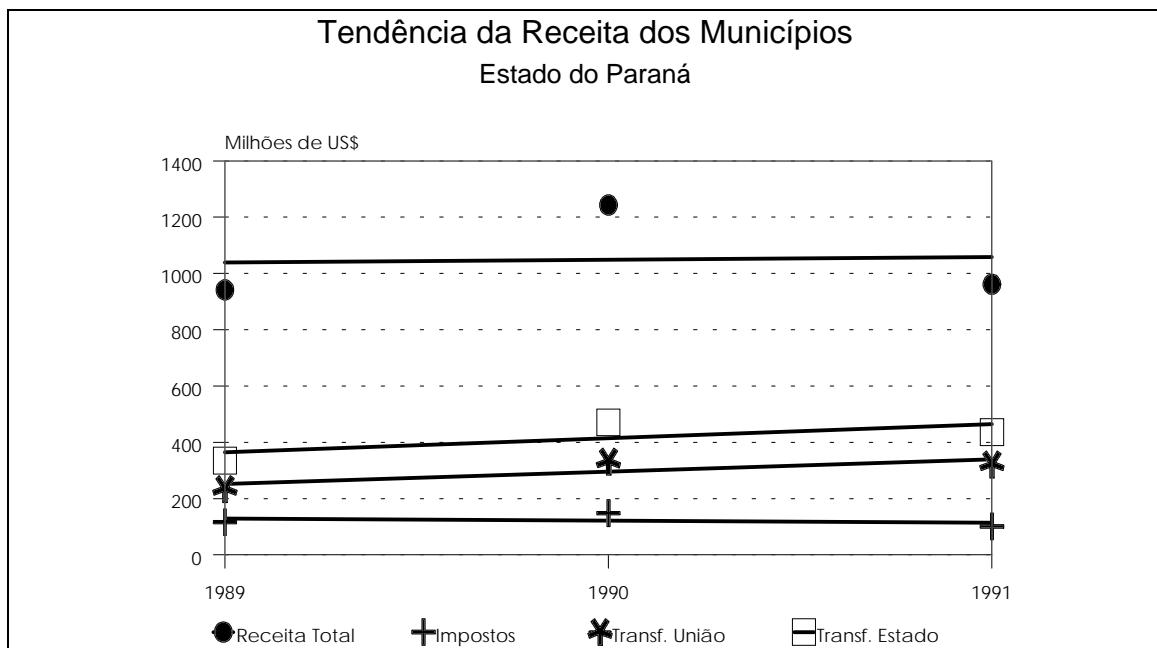


TABELA 8
Receita Orçamentária de Amostra de Municípios do Estado do Paraná

(Em mil US\$ de 1992)*

Municípios		Receitas Correntes							Receitas de Capital	Total das Receitas
		Impostos	Transferências			Outras	Total			
			União	Estado	Outras					
1. Arapoti	1989	418	490	787	0	1.277	300	1.995	302	2.297
	1990	293	497	1.179	0	1.676	285	2.254	504	2.759
	1991	398	628	1.469	0	2.097	322	2.818	547	3.364
2. Barbosa Ferraz	1989	26	878	669	0	1.546	545	2.118	132	2.250
	1990	67	1.198	467	184	1.849	293	2.208	24	2.232
	1991	96	970	433	333	1.736	189	2.021	109	2.130
3. Boa Esperança	1989	25	336	562	0	898	69	992	205	1.197
	1990	23	446	767	214	1.427	26	1.476	218	1.694
	1991	25	439	644	0	1.083	28	1.137	459	1.696
4. Campo Mourão	1989	717	1.339	3.309	0	4.648	581	5.946	968	6.914
	1990	626	2.055	5.280	385	7.720	631	8.977	344	9.321
	1991	851	2.097	3.893	633	6.624	728	8.203	322	8.525
5. Cantagalo	1989	27	1.150	522	0	1.672	94	1.793	112	1.905
	1990	71	1.291	491	0	1.782	68	1.921	51	1.972
	1991	48	1.116	469	0	1.586	20	1.654	19	1.673
6. Capitão Leônidas Marques	1989	75	1.036	682	0	1.718	553	2.346	9	2.355
	1990	42	1.560	828	0	2.388	94	2.524	126	2.660
	1991	45	1.367	524	0	1.891	56	1.992	203	2.195
7. Catanduvas	1989	50	513	519	0	1.031	82	1.163	317	1.481
	1990	30	757	530	0	1.287	132	1.449	156	1.605
	1991	22	769	434	0	1.203	103	1.327	166	1.494
8. Cerro Azul	1989	44	792	314	0	1.105	104	1.253	92	1.345
	1990	72	1.260	517	0	1.777	40	1.889	16	1.905
	1991	74	1.098	510	0	1.608	29	1.711	61	1.771
9. Clevelândia	1989	35	377	489	0	865	122	1.022	801	1.824
	1990	67	723	588	0	1.311	224	1.601	615	2.217
	1991	105	697	622	0	1.319	86	1.510	747	2.256
10. Ibituva	1989	28	879	645	0	1.524	115	1.667	73	1.740
	1990	57	1.169	672	0	1.841	209	2.107	336	2.443
	1991	62	1.023	706	0	1.729	180	1.971	260	2.230
11. Inajá	1989	46	310	152	0	462	101	608	101	710
	1990	2	301	213	0	514	37	553	288	842
	1991	21	392	179	2	574	144	739	265	1.004
12. Irati	1989	188	1.517	1.356	0	2.873	539	3.601	533	4.133
	1990	222	2.078	1.940	0	4.018	560	4.800	22	4.822
	1991	366	1.871	1.680	0	3.551	351	4.268	253	4.521
13. Ivaipora	1989	234	1.509	1.113	0	2.622	236	3.093	3	3.096
	1990	246	2.069	1.481	0	3.550	184	3.980	79	4.059
	1991	363	1.604	1.438	0	3.042	304	3.710	29	3.740
14. Jandaia do Sul	1989	152	814	799	0	1.613	604	2.369	136	2.505
	1990	216	801	1.238	0	2.039	681	2.935	244	3.180
	1991	339	974	1.245	0	2.219	754	3.312	235	3.547
15. Japira	1989	17	258	277	0	535	27	580	151	730
	1990	48	343	337	0	681	18	747	175	921
	1991	14	285	169	1	454	1	470	143	613

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Receitas Correntes							Receitas de Capital	Total das Receitas	
	Impostos	Transferências				Outras	Total			
		União	Estado	Outras	Total					
16. Laranjeiras do Sul	1989	151	1.667	1.096	0	2.763	195	3.109	106	3.215
	1990	320	2.468	1.471	0	3.939	259	4.518	8	4.526
	1991	277	2.425	1.925	0	4.350	212	4.840	19	4.859
17. Londrina	1989	10.182	5.278	15.338	0	20.617	11.586	42.384	489	42.873
	1990	11.560	6.541	23.624	0	30.165	7.093	48.817	1.056	49.874
	1991	15.191	6.680	19.011	0	25.691	10.531	51.413	5.820	57.233
18. Mallet	1989	41	299	391	0	690	96	827	221	1.048
	1990	44	385	575	0	960	187	1.191	312	1.503
	1991	46	425	441	0	865	51	962	245	1.207
19. Maringá	1989	5.772	4.199	10.208	0	14.407	9.124	29.303	566	29.870
	1990	10.144	5.497	18.069	0	23.566	9.199	42.909	209	43.118
	1991	14.095	7.464	14.997	0	22.461	10.609	47.164	6.179	53.344
20. Morretes	1989	27	261	268	0	528	146	701	0	701
	1990	36	540	403	0	942	73	1.051	336	1.387
	1991	40	472	518	0	991	74	1.104	236	1.340
21. Nossa Senhora das Graças	1989	4	371	227	0	598	44	646	11	657
	1990	2	514	323	0	837	32	870	6	876
	1991	8	427	278	0	705	25	737	0	737
22. Nova Aurora	1989	63	577	828	0	1.404	228	1.696	239	1.935
	1990	66	1.085	1.078	0	2.163	162	2.391	74	2.465
	1991	97	964	1.033	0	1.998	188	2.282	16	2.298
23. Nova Olímpia	1989	32	279	201	0	480	247	758	133	891
	1990	19	388	219	0	607	72	698	141	839
	1991	29	336	219	0	555	49	633	172	804
24. Nova Aliança do Ivaí	1989	0	261	89	0	350	71	421	125	546
	1990	2	260	152	0	412	36	450	272	722
	1991	6	424	109	0	533	9	548	3	551
25. Ortigueira	1989	76	1.425	676	0	2.102	158	2.336	60	2.396
	1990	83	2.031	1.031	0	3.063	34	3.180	5	3.185
	1991	45	1.361	519	257	2.137	175	2.356	2	2.358
26. Ourizona	1989	5	265	328	0	592	77	674	192	866
	1990	20	561	508	0	1.068	27	1.115	42	1.156
	1991	36	537	392	0	929	22	966	12	998
27. Palmas	1989	61	1.181	1.320	0	2.500	613	3.174	188	3.362
	1990	237	1.602	204	0	1.806	2.235	4.278	1	4.279
	1991	529	1.274	1.834	0	3.108	385	4.021	0	4.021
28. Ponta Grossa	1989	2.462	4.232	10.814	0	15.046	5.462	22.970	657	23.627
	1990	4.153	6.507	16.865	0	23.371	9.398	36.922	33	36.956
	1991	4.355	6.856	14.476	0	21.332	6.726	32.412	761	33.174
29. Porto Vitória	1989	5	188	151	0	339	12	356	184	540
	1990	6	513	226	0	740	18	763	0	764
	1991	7	456	187	0	643	3	653	3	656
30. Presidente Castelo Branco	1989	0	244	225	0	469	109	579	208	787
	1990	15	549	304	0	853	59	926	56	982
	1991	14	536	292	0	829	34	876	57	933

(Continua)

(Continuação)

Municípios		Receitas Correntes							Receitas de Capital	Total das Receitas
		Impostos	Transferências				Outras	Total		
			União	Estado	Outras	Total				
31. Querência do Norte	1989	29	403	402	0	805	339	1.173	242	1.415
	1990	27	499	624	0	1.124	90	1.241	258	1.499
	1991	41	432	747	0	1.179	54	1.274	218	1.492
32. Sabaudia	1989	13	298	287	0	584	156	753	79	832
	1990	16	424	425	0	848	43	908	103	1.011
	1991	22	340	427	0	767	23	812	84	896
33. Santo Antônio do Paraíso	1989	18	382	95	0	477	80	575	1	575
	1990	12	537	138	0	675	36	723	0	723
	1991	14	481	146	0	628	47	689	1	690
34. São José das Palmeiras	1989	14	493	254	0	747	92	853	27	880
	1990	13	595	353	0	947	36	996	109	1.106
	1991	15	630	286	0	916	18	950	0	950
35. Sapopema	1989	35	467	187	0	654	45	734	19	753
	1990	23	523	398	0	921	58	1.002	32	1.034
	1991	23	633	193	0	826	58	907	18	925
36. Sengés	1989	37	622	701	0	1.323	198	1.558	13	1.571
	1990	51	1.034	889	0	1.923	117	2.090	41	2.130
	1991	80	1.010	681	0	1.691	54	1.825	8	1.833
37. Tamboara	1989	6	238	235	0	473	39	518	154	673
	1990	7	514	139	153	806	8	820	31	851
	1991	9	395	138	64	598	6	612	27	639
38. Telêmaco Borba	1989	414	951	3.665	0	4.616	1.666	6.696	1.964	8.660
	1990	554	1.450	5.928	0	7.379	1.214	9.146	2.566	11.712
	1991	813	1.484	4.218	0	5.702	1.008	7.523	2.578	10.101
39. Terra Boa	1989	49	622	599	0	1.221	85	1.355	282	1.637
	1990	34	971	619	0	1.591	60	1.684	88	1.773
	1991	72	877	727	0	1.604	266	1.943	11	1.953
40. Terra Rica	1989	62	663	660	0	1.323	563	1.948	138	2.086
	1990	67	736	765	0	1.500	272	1.839	344	2.184
	1991	96	665	732	0	1.397	354	1.846	383	2.229
41. Tibaji	1989	76	814	1.085	0	1.899	331	2.306	56	2.362
	1990	86	1.262	1.579	0	2.841	238	3.165	1	3.166
	1991	100	1.061	1.571	0	2.632	259	2.992	12	3.004
42. Turvo	1989	29	758	506	0	1.264	284	1.577	1	1.578
	1990	36	1.101	777	0	1.877	166	2.079	0	2.079
	1991	50	899	645	0	1.544	51	1.645	2	1.646

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

GRÁFICO 8.1

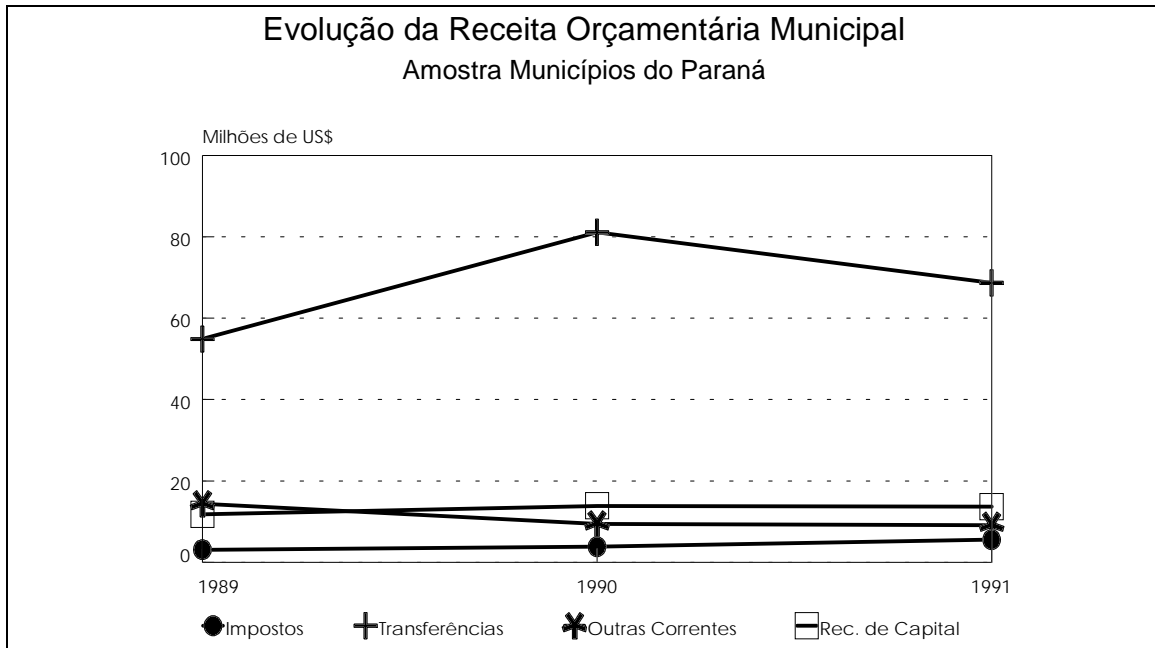


GRÁFICO 8.2

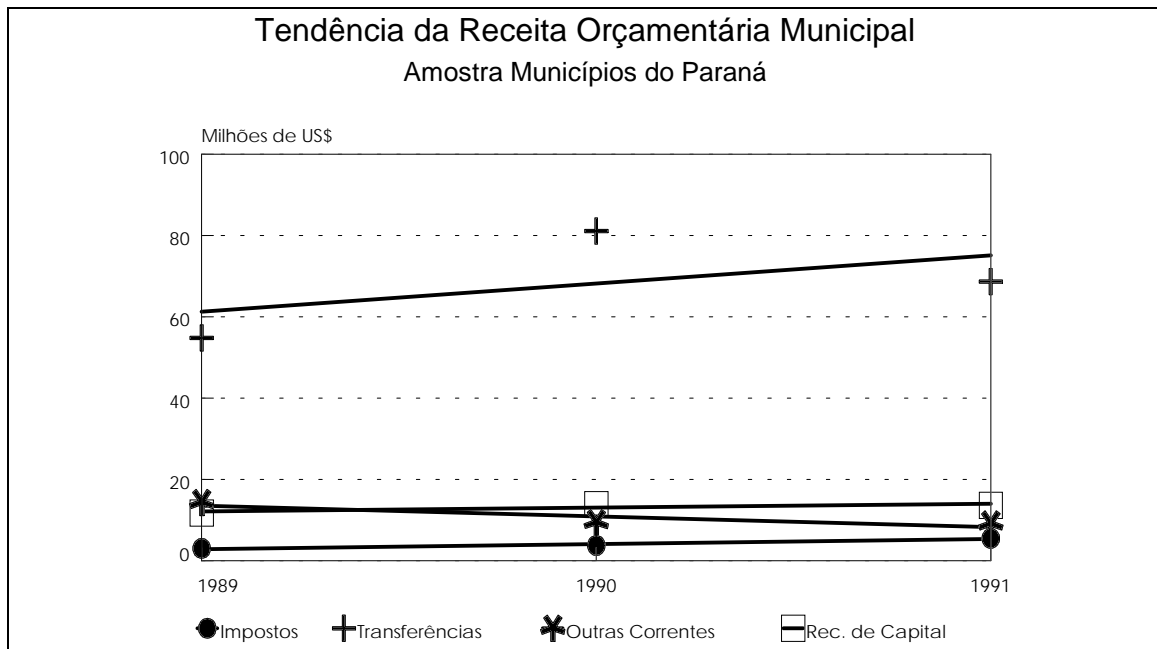


TABELA 9
Despesas Orçamentárias de Amostra de Municípios do Estado do Paraná

(Em mil US\$ de 1992)*

Municípios		Despesas Correntes							Despesas de Capital						Total Despesas Municipais	
		Despesas de Custeio					Transfe- rências Correntes	Total	Investimento				Outras Despesas de Capital	Total		
		Pessoal	Mat. Consumo	Serv. Terc. Encargos	Diversas Desp. Cust.	Total			Obras e Instala- ções	Equip. e Mat. Perm.	Diversos Investim.	Total				
1. Arapoti	1989	—	—	—	—	1.990	102	2.092	—	—	—	—	—	—	226	2.317
	1990	1.071	660	655	27	2.413	137	2.550	95	116	0	210	54	264	2.814	
	1991	1.164	503	847	25	2.539	222	2.761	244	139	0	383	93	476	3.237	
2. Barbosa Ferraz	1989	—	—	—	—	1.511	75	1.586	—	—	—	—	—	—	314	1.900
	1990	936	493	452	0	1.881	92	1.972	196	33	0	230	44	274	2.246	
	1991	856	380	459	0	1.695	139	1.835	158	38	0	197	42	239	2.073	
3. Boa Esperança	1989	—	—	—	—	851	83	934	—	—	—	—	—	—	163	1.098
	1990	532	404	349	0	1.286	261	1.547	220	119	0	339	26	365	1.912	
	1991	537	361	270	0	1.168	199	1.367	298	10	0	308	0	308	1.675	
4. Campo Mourão	1989	—	—	—	—	5.598	710	6.308	—	—	—	—	—	—	1.382	7.690
	1990	3.839	808	2.405	0	7.052	895	7.946	1.183	519	0	1.702	271	1.973	9.919	
	1991	4.122	557	2.932	0	7.611	769	8.380	1.336	29	0	1.365	369	1.734	10.114	
5. Cantagalo	1989	—	—	—	—	1.703	30	1.733	—	—	—	—	—	—	176	1.909
	1990	743	197	277	0	1.216	25	1.241	76	505	0	581	141	722	1.963	
	1991	902	194	212	0	1.308	54	1.362	135	222	0	357	41	399	1.761	
6. Capitão Leônidas Marques	1989	—	—	—	—	1.667	58	1.726	—	—	—	—	—	—	137	1.863
	1990	1.013	633	459	2	2.106	65	2.171	302	227	0	529	13	543	2.714	
	1991	925	490	368	0	1.784	41	1.824	301	26	0	326	12	338	2.163	
7. Catanduvas	1989	—	—	—	—	1.252	26	1.278	—	—	—	—	—	—	287	1.565
	1990	652	235	170	0	1.057	37	1.093	174	104	0	277	18	296	1.389	
	1991	692	219	194	0	1.104	45	1.150	246	24	0	270	25	295	1.445	
8. Cerro Azul	1989	—	—	—	—	1.177	12	1.190	—	—	—	—	—	—	118	1.308
	1990	683	313	364	1	1.360	19	1.379	319	184	0	502	2	504	1.883	
	1991	703	301	283	0	1.288	16	1.304	262	149	0	411	2	413	1.717	
9. Clevelândia	1989	—	—	—	—	1.465	122	1.587	—	—	—	—	—	—	228	1.815
	1990	811	229	532	54	1.626	118	1.744	240	133	0	373	25	398	2.142	
	1991	940	209	697	120	1.965	145	2.110	374	253	0	627	19	646	2.756	

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Despesas Correntes							Despesas de Capital						Total Despesas Municipais	
	Despesas de Custeio					Transfe- rências Correntes	Total	Investimento				Outras Despesas de Capital	Total		
	Pessoal	Mat. Consumo	Serv. Terc. Encargos	Diversas Desp. Cust.	Total			Obras e Instala- ções	Equip. e Mat. Perm.	Diversos Investim.	Total				
10. Imbituva	1989	—	—	—	1.342	65	1.407	—	—	—	—	—	281	1.688	
	1990	761	487	497	0	1.745	55	1.800	249	247	0	496	146	2.442	
	1991	805	344	432	0	1.581	57	1.638	253	127	0	381	77	2.096	
11. Inajá	1989	—	—	—	—	487	4	491	—	—	—	—	—	123	614
	1990	256	109	162	0	527	6	533	222	54	0	277	1	278	811
	1991	293	82	139	0	514	32	546	236	86	0	321	1	323	868
12. Irati	1989	—	—	—	—	3.164	94	3.258	—	—	—	—	—	418	3.676
	1990	1.702	1.087	945	0	3.734	137	3.871	499	357	0	856	73	929	4.800
	1991	1.820	1.134	1.031	1	3.986	130	4.116	708	59	0	767	102	869	4.985
13. Ivaipora	1989	—	—	—	—	2.902	361	3.263	—	—	—	—	—	339	3.602
	1990	1.565	800	872	0	3.237	238	3.475	812	212	0	1.024	60	1.083	4.559
	1991	1.725	493	881	6	3.104	231	3.335	1.097	66	0	1.162	44	1.206	4.541
14. Jandaia do Sul	1989	—	—	—	—	1.784	94	1.878	—	—	—	—	—	314	2.192
	1990	961	959	456	0	2.375	98	2.473	253	190	0	443	98	541	3.015
	1991	1.091	1.027	539	0	2.658	124	2.782	369	3	0	372	64	436	3.218
15. Japira	1989	—	—	—	—	581	13	594	—	—	—	—	—	127	721
	1990	280	365	132	0	777	4	781	118	36	0	153	8	162	943
	1991	223	238	121	0	581	7	588	44	5	0	49	11	61	649
16. Laranjeiras do Sul	1989	—	—	—	—	2.725	116	2.841	—	—	—	—	—	361	3.201
	1990	1.739	1.116	654	1	3.511	161	3.671	538	280	0	818	34	852	4.524
	1991	2.048	863	728	2	3.641	230	3.871	924	95	0	1.019	35	1.054	4.925
17. Londrina	1989	—	—	—	—	32.654	6.870	39.524	—	—	—	—	—	10.452	49.976
	1990	27.511	2.251	7.747	18	37.527	10.625	48.152	3.879	146	0	4.025	4.198	8.223	56.375
	1991	27.906	2.085	10.171	106	40.268	12.157	52.425	8.581	362	0	8.943	3.593	12.536	64.961
18. Mallet	1989	—	—	—	—	778	29	807	—	—	—	—	—	207	1.014
	1990	538	265	169	0	972	33	1.005	165	230	0	396	4	399	1.405
	1991	539	174	216	0	929	33	962	138	96	0	234	8	242	1.204
19. Maringá	1989	—	—	—	—	21.397	2.779	24.176	—	—	—	—	—	6.856	31.033
	1990	16.065	2.662	6.248	279	25.255	4.602	29.857	13.072	1.328	3	14.403	3.082	17.486	47.342
	1991	15.482	2.695	10.850	183	29.210	10.801	40.011	10.836	1.111	5	11.952	11.643	23.595	63.606

(Continua)

(Continuação)

Municípios		Despesas Correntes						Despesas de Capital						Total Despesas Municipais	
		Despesas de Custeio					Transfe- rências Correntes	Total	Investimento				Outras Despesas de Capital		Total
		Pessoal	Mat. Consumo	Serv. Terc. Encargos	Diversas Desp. Cust.	Total			Obras e Instala- ções	Equip. e Mat. Perm.	Diversos Investim.	Total			
20. Morretes	1989	—	—	—	—	907	43	950	—	—	—	—	—	87	1.037
	1990	676	272	342	13	1.303	26	1.329	160	11	0	171	4	175	1.504
	1991	585	230	351	1	1.168	20	1.188	156	10	0	166	4	171	1.358
21. Nossa Senhora das Graças	1989	—	—	—	—	498	22	520	—	—	—	—	—	90	610
	1990	234	234	252	0	720	8	727	90	46	0	136	3	139	866
	1991	249	209	220	0	678	12	690	27	8	0	35	13	48	738
22. Nova Aurora	1989	—	—	—	—	1.597	40	1.637	—	—	—	—	—	171	1.807
	1990	1.067	403	261	0	1.731	101	1.832	258	87	0	345	12	357	2.189
	1991	1.192	317	290	44	1.842	132	1.974	147	92	0	239	23	262	2.236
23. Nova Olimpia	1989	—	—	—	—	474	39	513	—	—	—	—	—	113	627
	1990	269	143	153	0	565	73	638	43	47	0	91	38	129	767
	1991	320	107	147	3	577	47	623	104	2	0	106	24	130	753
24. Nova Aliança do Ivaí	1989	—	—	—	—	457	2	458	—	—	—	—	—	80	538
	1990	127	226	184	0	537	5	542	137	22	0	159	11	170	712
	1991	192	204	128	0	524	8	533	27	5	0	32	1	33	565
25. Ortigueira	1989	—	—	—	—	2.186	26	2.212	—	—	—	—	—	141	2.353
	1990	985	831	864	15	2.695	28	2.723	311	74	0	385	11	386	3.119
	1991	973	501	676	0	2.150	72	2.222	206	7	0	213	11	224	2.446
26. Ourizona	1989	—	—	—	—	711	18	729	—	—	—	—	—	136	865
	1990	349	202	251	0	802	21	823	235	6	0	241	24	264	1.088
	1991	367	175	179	0	721	24	745	154	52	0	206	18	224	969
27. Palmas	1989	—	—	—	—	2.404	141	2.546	—	—	—	—	—	555	3.101
	1990	1.693	937	570	2	3.202	129	3.331	394	295	0	689	35	724	4.055
	1991	1.840	704	615	8	3.167	130	3.298	381	53	0	434	21	455	3.752
28. Ponta Grossa	1989	—	—	—	—	15.353	1.467	16.820	—	—	—	—	—	6.321	23.141
	1990	13.760	2.075	7.136	32	23.002	2.035	25.037	8.137	1.001	0	9.138	1.543	10.682	35.719
	1991	12.940	1.816	6.499	90	21.344	3.169	24.513	9.151	678	0	9.829	2.554	12.383	36.896
29. Porto Vitória	1989	—	—	—	—	484	6	489	—	—	—	—	—	47	537
	1990	240	192	165	0	597	7	605	37	134	0	172	5	177	782
	1991	286	175	184	0	625	14	639	42	15	0	57	2	59	698

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Despesas Correntes							Despesas do Capital						Total Despesas Municipais	
	Despesas de Custeio					Transf. Correntes	Total	Investimento				Outras Despesas de Capital	Total		
	Pessoal	Mat. Consumo	Serv. Terc. Encargos	Diversas Desp. Cust.	Total			Obras e Instalações	Equip. e Mat. Perm.	Diversos Investim.	Total				
30. Presidente Castelo Branco	1989	—	—	—	533	2	535	—	—	—	—	—	139	674	
	1990	327	147	189	0	663	7	670	172	94	0	266	20	286	956
	1991	290	149	200	0	639	15	654	175	33	0	207	49	256	910
31. Querência do Norte	1989	—	—	—	—	972	23	995	—	—	—	—	—	138	1.133
	1990	542	297	347	1	1.186	26	1.212	205	137	0	342	13	355	1.567
	1991	599	280	375	2	1.256	41	1.296	59	39	0	98	12	110	1.407
32. Sabaudia	1989	—	—	—	—	527	26	553	—	—	—	—	—	113	666
	1990	308	205	159	0	673	56	729	108	50	0	159	85	243	972
	1991	280	158	176	0	614	45	660	138	42	0	180	10	191	850
33. Santo Antônio do Paraíso	1989	—	—	—	—	488	2	490	—	—	—	—	—	34	525
	1990	214	193	216	0	623	6	629	75	11	0	86	1	86	716
	1991	357	103	149	0	609	5	614	51	4	0	54	1	55	669
34. São José das Palmeiras	1989	—	—	—	—	714	25	740	—	—	—	—	—	155	895
	1990	403	163	180	0	747	48	795	104	166	0	270	2	272	1.068
	1991	431	150	121	1	703	58	761	101	73	0	174	2	176	937
35. Sapopema	1989	—	—	—	—	661	23	684	—	—	—	—	—	55	739
	1990	264	325	214	2	805	35	840	19	132	0	152	12	163	1.004
	1991	340	210	123	0	673	55	729	128	10	0	138	23	161	890
36. Senges	1989	—	—	—	—	1.311	85	1.397	—	—	—	—	—	171	1.567
	1990	1.064	461	285	0	1.810	270	2.079	191	210	0	401	13	414	2.493
	1991	928	362	250	39	1.579	188	1.767	66	8	0	74	2	76	1.843
37. Tamboara	1989	—	—	—	—	635	14	649	—	—	—	—	—	113	763
	1990	276	193	206	0	676	16	692	139	71	0	209	8	217	910
	1991	289	165	170	0	623	23	647	96	9	0	105	6	111	758
38. Telêmaco Borba	1989	—	—	—	—	5.921	427	6.348	—	—	—	—	—	2.311	8.659
	1990	4.631	1.347	1.785	12	7.774	266	8.040	1.908	1.244	14	3.166	460	3.626	11.666
	1991	4.086	947	1.498	31	6.562	204	6.767	2.178	806	33	3.017	240	3.257	10.023
39. Terra Boa	1989	—	—	—	—	1.291	53	1.344	—	—	—	—	—	211	1.556
	1990	798	482	279	1	1.561	80	1.641	89	151	0	240	85	326	1.967
	1991	987	374	228	12	1.602	72	1.674	0	54	14	68	30	98	1.772

(Continua)

(Continuação)

Municípios		Despesas Correntes						Despesas de Capital						Total Despesas Municipais	
		Despesas de Custeio				Transfe- rências Correntes	Total	Investimento			Outras Despesas de Capital	Total			
		Pessoal	Mat. Consumo	Serv. Terc. Encargos	Diversas Desp. Cust.			Total	Obras e Instala- ções	Equip. e Mat. Perm.			Diversos Investim.		Total
40. Terra Rica	1989	—	—	—	—	1.630	50	1.680	—	—	—	—	—	294	1.974
	1990	822	417	375	14	1.629	74	1.703	229	259	0	488	41	529	2.232
	1991	846	507	468	0	1.821	99	1.920	246	50	0	296	29	325	2.245
41. Tibaji	1989	—	—	—	—	1.714	83	1.797	—	—	—	—	—	277	2.074
	1990	1.384	604	363	2	2.352	132	2.484	211	160	0	370	8	378	2.862
	1991	1.623	489	370	0	2.482	136	2.618	164	77	0	241	7	249	2.867
42. Turvo	1989	—	—	—	—	903	9	911	—	—	—	—	—	210	1.121
	1990	679	241	148	0	1.069	11	1.080	438	84	0	522	0	522	1.601
	1991	708	251	158	0	1.117	17	1.134	265	86	0	351	16	366	1.500

Fonte: Tribunal de Contas do Estado.

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

GRÁFICO 9.1

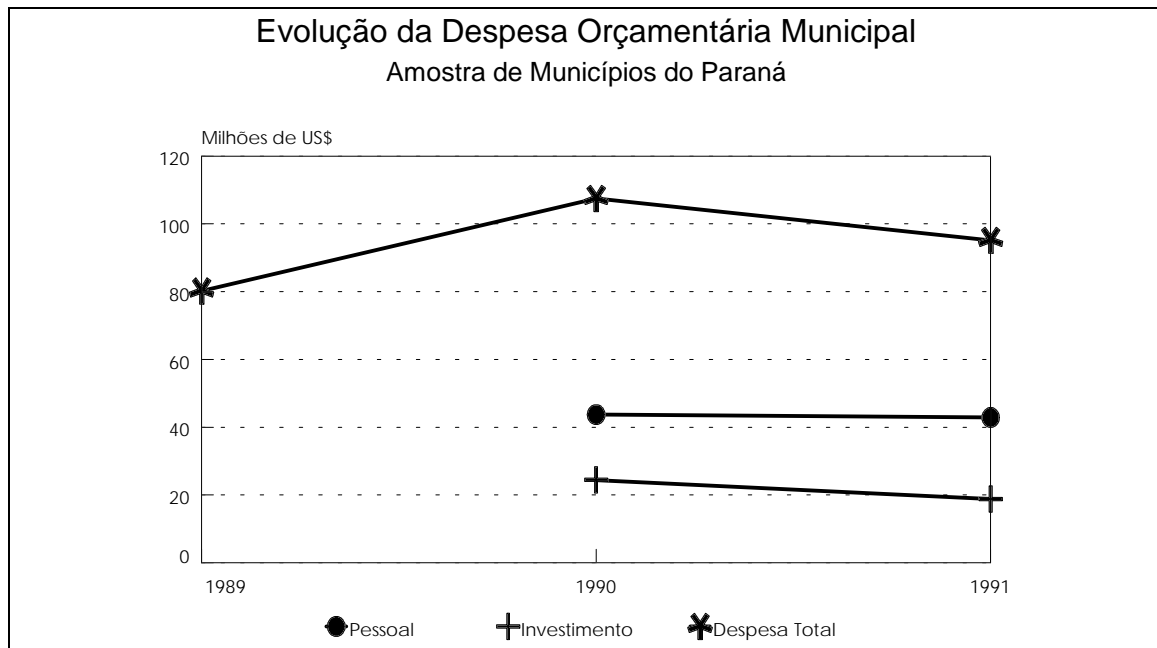


GRÁFICO 9.2

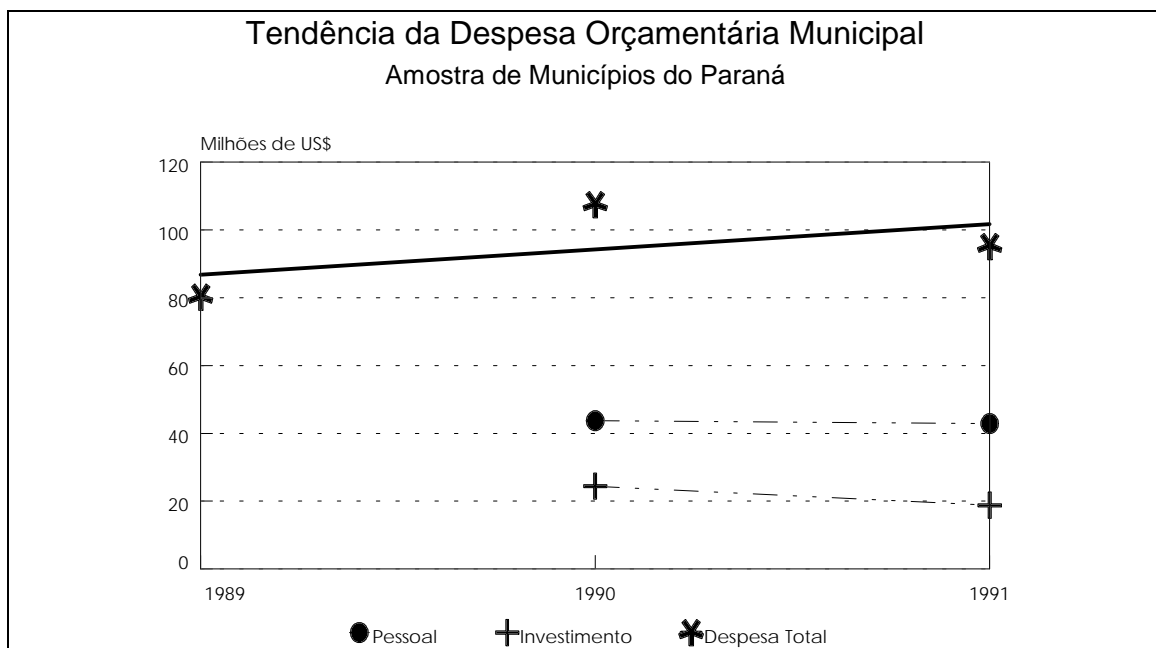


TABELA 10
Despesas na Função Educação e Cultura e por Elemento
— Amostra de Municípios do Estado do Paraná — 1991

(Em US\$ de 1992)*

1. Arapoti		2. Barbosa Ferraz	
Programas	776.319	Programas	537.624
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	763.733	Ensino Fundamental	399.120
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ. Fís. & Desp.	6.595	Educ. Fís. & Desp.	87.917
Assist. Educandos	0	Assist. Educandos	50.587
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	2.246	Cultura	0
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	3.745	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	776.319	Elemento	537.624
Correntes	755.756	Correntes	418.183
Custeio	755.756	Custeio	418.183
Pessoal	249.906	Pessoal	317.729
Mat. Consumo	82.209	Mat. Consumo	4.169
Serv. T. & Encarg.	423.641	Serv. T. & Encarg.	96.285
Diversas	0	Diversas	0
Transf. Correntes	0	Transf. Correntes	0
Capital	20.563	Capital	119.442
3. Boa Esperança		4. Campo Mourão	
Programas	416.223	Programas	2.637.604
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	134.127
Ensino Fundamental	375.410	Ensino Fundamental	1.651.573
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	2.416	Ensino Superior	14.498
Educ. Fís. & Desp.	38.397	Educ. Fís. & Desp.	313.341
Assist. Educandos	0	Assist. Educandos	335.333
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	0	Cultura	174.714
Turismo	0	Turismo	14.019
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	416.223	Elemento	2.637.604
Correntes	337.353	Correntes	2.596.435
Custeio	334.937	Custeio	2.351.275
Pessoal	182.372	Pessoal	1.563.325
Mat. Consumo	108.105	Mat. Consumo	143.687
Serv. T. & Encarg.	44.460	Serv. T. & Encarg.	644.263
Diversas	0	Diversas	0
Transf. Correntes	2.416	Transf. Correntes	245.160
Capital	78.871	Capital	41.169

(Continua)

(Continuação)

5. Cantagalo		6. Capitão Leônidas Marques	
Programas	493.235	Programas	648.455
Educ. 0 a 6 anos	21.055	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	468.215	Ensino Fundamental	566.438
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ. Fís. & Desp.	3.602	Educ. Fís. & Desp.	82.017
Assist. Educandos	362	Assist. Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	0	Cultura	0
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	493.235	Elemento	648.455
Correntes	447.010	Correntes	482.621
Custeio	444.644	Custeio	481.985
Pessoal	329.365	Pessoal	363.202
Mat. Consumo	33.739	Mat. Consumo	60.064
Serv. T. & Encarg.	81.539	Serv. T. & Encarg.	58.718
Diversas	0	Diversas	0
Transf. Correntes	2.366	Transf. Correntes	636
Capital	46.226	Capital	165.834
7. Catanduvas		8. Cerro Azul	
Programas	374.811	Programas	368.651
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	374.811	Ensino Fundamental	366.547
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ. Fís. & Desp.	0	Educ. Fís. & Desp.	1.066
Assist. Educandos	0	Assist. Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	0	Cultura	1.038
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	374.811	Elemento	368.651
Correntes	358.482	Correntes	346.216
Custeio	358.482	Custeio	346.216
Pessoal	260.410	Pessoal	266.179
Mat. Consumo	55.321	Mat. Consumo	53.278
Serv. T. & Encarg.	42.751	Serv. T. & Encarg.	26.759
Diversas	0	Diversas	0
Transf. Correntes	0	Transf. Correntes	0
Capital	16.328	Capital	22.434

(Continua)

(Continuação)

9. Clevelândia		10. Imbituva	
Programas	520.918	Programas	496.379
Educ. 0 a 6 anos	7.763	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	395.598	Ensino Fundamental	477.873
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ.Fís. & Desp.	40.887	Educ.Fís. & Desp.	18.506
Assist.Educandos	49.586	Assist.Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	11.576	Cultura	0
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	15.508	Previdência	0
Elemento	520.918	Elemento	496.379
Correntes	495.102	Correntes	467.407
Custeio	479.424	Custeio	462.864
Pessoal	286.121	Pessoal	358.965
Mat.Consumo	55.756	Mat.Consumo	53.902
Serv.T. & Encarg.	108.599	Serv.T. & Encarg.	49.998
Diversas	28.949	Diversas	0
Transf.Correntes	15.677	Transf.Correntes	4.543
Capital	25.817	Capital	28.971
11. Inajá		12. Irati	
Programas	295.822	Programas	1.130.959
Educ. 0 a 6 anos	11.171	Educ. 0 a 6 anos	13.792
Ensino Fundamental	251.860	Ensino Fundamental	942.059
Ensino Supletivo	211	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ.Fís. & Desp.	29.581	Educ.Fís. & Desp.	49.390
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	3.000	Cultura	123.178
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	2.540
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	295.822	Elemento	1.130.959
Correntes	154.640	Correntes	1.055.101
Custeio	154.640	Custeio	1.052.561
Pessoal	104.551	Pessoal	787.081
Mat.Consumo	23.940	Mat.Consumo	112.445
Serv.T. & Encarg.	26.150	Serv.T. & Encarg.	153.036
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	2.540
Capital	141.181	Capital	75.858

(Continua)

(Continuação)

13. Ivaipora		14. Jandaia do Sul	
Programas	953.328	Programas	779.655
Educ. 0 a 6 anos	19.175	Educ. 0 a 6 anos	89.917
Ensino Fundamental	691.927	Ensino Fundamental	480.557
Ensino Supletivo	11.036	Ensino Supletivo	6.943
Ensino Superior	14.150	Ensino Superior	0
Educ.Fís. & Desp.	60.426	Educ.Fís. & Desp.	43.062
Assist.Educandos	154.563	Assist.Educandos	137.666
Educação Especial	1.276	Educação Especial	8.688
Cultura	775	Cultura	12.822
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	953.328	Elemento	779.655
Correntes	890.684	Correntes	778.602
Custeio	863.117	Custeio	778.569
Pessoal	583.451	Pessoal	350.044
Mat.Consumo	162.171	Mat.Consumo	271.995
Serv.T. & Encarg.	117.496	Serv.T. & Encarg.	156.530
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	27.566	Transf.Correntes	33
Capital	62.644	Capital	1.053
15. Japira		16. Laranjeiras do Sul	
Programas	164.769	Programas	1.213.709
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	97.921	Ensino Fundamental	1.113.679
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	5.050
Educ.Fís. & Desp.	26.853	Educ.Fís. & Desp.	66.537
Assist.Educandos	39.995	Assist.Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	0	Cultura	28.444
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	164.769	Elemento	1.213.709
Correntes	158.124	Correntes	1.116.261
Custeio	157.979	Custeio	1.047.394
Pessoal	88.145	Pessoal	837.019
Mat.Consumo	61.780	Mat.Consumo	66.797
Serv.T. & Encarg.	8.054	Serv.T. & Encarg.	143.577
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	145	Transf.Correntes	68.868
Capital	6.645	Capital	97.448

(Continua)

(Continuação)

17. Londrina		18. Mallet	
Programas	16.417.290	Programas	340.270
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	13.482.909	Ensino Fundamental	334.947
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ.Fís. & Desp.	1.881.494	Educ.Fís. & Desp.	5.176
Assist.Educandos	206.669	Assist.Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	845.855	Cultura	147
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	362	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	16.417.290	Elemento	340.270
Correntes	14.495.169	Correntes	281.587
Custeio	13.507.826	Custeio	281.587
Pessoal	12.332.723	Pessoal	226.059
Mat.Consumo	301.899	Mat.Consumo	33.014
Serv.T. & Encarg.	870.376	Serv.T. & Encarg.	22.515
Diversas	2.829	Diversas	0
Transf.Correntes	987.343	Transf.Correntes	0
Capital	1.922.121	Capital	58.683
19. Maringá		20. Morretes	
Programas	14.418.730	Programas	310.776
Educ. 0 a 6 anos	3.350.299	Educ. 0 a 6 anos	3.091
Ensino Fundamental	7.004.232	Ensino Fundamental	246.792
Ensino Supletivo	1.797	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	223.596	Ensino Superior	0
Educ.Fís. & Desp.	2.569.344	Educ.Fís. & Desp.	6.334
Assist.Educandos	360.043	Assist.Educandos	21.471
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	893.704	Cultura	33.088
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	15.715	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	13.753.085	Elemento	310.776
Correntes	10.363.190	Correntes	283.873
Custeio	9.546.512	Custeio	283.873
Pessoal	6.437.794	Pessoal	197.510
Mat.Consumo	698.762	Mat.Consumo	41.702
Serv.T. & Encarg.	2.409.957	Serv.T. & Encarg.	44.661
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	816.678	Transf.Correntes	0
Capital	3.389.895	Capital	26.904

(Continua)

(Continuação)

21. Nossa Senhora das Graças		22. Nova Aurora	
Programas	159.754	Programas	572.761
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	156.764	Ensino Fundamental	513.097
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	2.781
Educ.Fís. & Desp.	2.788	Educ.Fís. & Desp.	56.278
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	203	Cultura	605
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	153.393	Elemento	0
Correntes	152.059	Correntes	0
Custeio	152.059	Custeio	0
Pessoal	73.945	Pessoal	0
Mat.Consumo	47.910	Mat.Consumo	0
Serv.T. & Encarg.	30.205	Serv.T. & Encarg.	0
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	0
Capital	1.334	Capital	0
23. Nova Olímpia		24. Nova Aliança do Ivaí	
Programas	246.778	Programas	98.961
Educ. 0 a 6 anos	14.493	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	209.115	Ensino Fundamental	89.129
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ.Fís. & Desp.	23.170	Educ.Fís. & Desp.	9.832
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	0	Cultura	0
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	246.778	Elemento	98.961
Correntes	217.762	Correntes	74.593
Custeio	217.762	Custeio	74.593
Pessoal	164.242	Pessoal	32.934
Mat.Consumo	36.287	Mat.Consumo	32.732
Serv.T. & Encarg.	16.665	Serv.T. & Encarg.	8.926
Diversas	569	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	0
Capital	29.015	Capital	24.369

(Continua)

(Continuação)

25. Ortigueira		26. Ourizona	
Programas	601.573	Programas	336.478
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	589.789	Ensino Fundamental	202.579
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ.Fís.& Desp.	11.627	Educ.Fís.& Desp.	112.103
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	157	Cultura	21.796
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	601.573	Elemento	336.478
Correntes	601.054	Correntes	190.209
Custeio	601.054	Custeio	190.209
Pessoal	346.537	Pessoal	122.868
Mat.Consumo	158.837	Mat.Consumo	43.013
Serv.T.& Encarg.	95.680	Serv.T.& Encarg.	24.327
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	0
Capital	520	Capital	146.269
27. Palmas		28. Ponta Grossa	
Programas	1.283.288	Programas	9.637.517
Educ. 0 a 6 anos	125.974	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	1.058.330	Ensino Fundamental	6.697.560
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	9.424
Ensino Superior	0	Ensino Superior	96.657
Educ.Fís.& Desp.	43.855	Educ.Fís.& Desp.	880.613
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	537
Educação Especial	0	Educação Especial	3.624
Cultura	55.129	Cultura	1.003.232
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	224.661
Administração	0	Administração	343.488
Previdência	0	Previdência	377.722
Elemento	1.283.288	Elemento	9.637.517
Correntes	1.180.977	Correntes	7.593.023
Custeio	1.180.977	Custeio	6.563.543
Pessoal	822.611	Pessoal	5.182.013
Mat.Consumo	121.744	Mat.Consumo	123.516
Serv.T.& Encarg.	110.648	Serv.T.& Encarg.	1.258.014
Diversas	125.974 (b)	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	1.029.480
Capital	102.311	Capital	2.044.495

(Continua)

(Continuação)

29. Porto Vitória		30. Presidente Castelo Branco	
Programas	184.049	Programas	168.659
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	36.824
Ensino Fundamental	181.165	Ensino Fundamental	102.467
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ.Fís.& Desp.	2.363	Educ.Fís.& Desp.	1.293
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	11.202
Cultura	521	Cultura	15.783
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	1.089
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	184.049	Elemento	168.659
Correntes	168.566	Correntes	129.907
Custeio	168.566	Custeio	129.907
Pessoal	89.829	Pessoal	72.061
Mat.Consumo	34.945	Mat.Consumo	32.478
Serv.T.& Encarg.	43.793	Serv.T.& Encarg.	25.368
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	0
Capital	15.483	Capital	38.752
31. Querência do Norte		32. Sabaudia	
Programas	285.664	Programas	182.189
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	21.115
Ensino Fundamental	272.123	Ensino Fundamental	137.799
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ.Fís.& Desp.	13.457	Educ.Fís.& Desp.	15.297
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	108
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	83	Cultura	7.870
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	285.664	Elemento	182.189
Correntes	254.120	Correntes	169.883
Custeio	254.120	Custeio	169.775
Pessoal	174.849	Pessoal	100.972
Mat.Consumo	45.625	Mat.Consumo	44.006
Serv.T.& Encarg.	33.647	Serv.T.& Encarg.	24.797
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	108
Capital	31.543	Capital	12.306

(Continua)

(Continuação)

33. Santo Antônio do Paraíso		34. São José das Palmeiras	
Programas	140.825	Programas	315.598
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	22.806
Ensino Fundamental	140.352	Ensino Fundamental	260.500
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ.Fís.& Desp.	474	Educ.Fís.& Desp.	22.991
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	48
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	0	Cultura	0
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	9.253
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	140.825	Elemento	0
Correntes	132.730	Correntes	0
Custeio	132.730	Custeio	0
Pessoal	96.576	Pessoal	0
Mat.Consumo	27.681	Mat.Consumo	0
Serv.T.& Encarg.	8.473	Serv.T.& Encarg.	0
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	0
Capital	8.096	Capital	0
35. Sapopema		36. Sengés	
Programas	262.999	Programas	490.510
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	200.383	Ensino Fundamental	469.373
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ.Fís.& Desp.	4.420	Educ.Fís.& Desp.	15.185
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	3.401
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	49.708	Cultura	2.550
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	8.489	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	262.999	Elemento	490.510
Correntes	211.113	Correntes	485.774
Custeio	211.113	Custeio	468.543
Pessoal	105.808	Pessoal	296.884
Mat.Consumo	74.757	Mat.Consumo	138.581
Serv.T.& Encarg.	30.549	Serv.T.& Encarg.	33.077
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	17.232
Capital	51.886	Capital	4.735

(Continua)

(Continuação)

37. Tamboara		38. Telêmaco Borba	
Programas	238.732	Programas	2.342.880
Educ. 0 a 6 anos	47.118	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	188.473	Ensino Fundamental	2.050.280
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	32.010
Ensino Superior	0	Ensino Superior	48.776
Educ.Fís.& Desp.	3.141	Educ.Fís.& Desp.	115.663
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	7.733
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	0	Cultura	88.419
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	238.732	Elemento	2.342.880
Correntes	226.651	Correntes	1.676.916
Custeio	226.651	Custeio	1.669.063
Pessoal	186.056	Pessoal	1.334.130
Mat.Consumo	26.579	Mat.Consumo	114.558
Serv.T.& Encarg.	14.015	Serv.T.& Encarg.	220.375
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	7.853
Capital	12.082	Capital	665.965
39. Terra Boa		40. Terra Rica	
Programas	576.640	Programas	458.375
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	573.102	Ensino Fundamental	443.874
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ.Fís.& Desp.	1.983	Educ.Fís.& Desp.	11.702
Assist.Educandos	0	Assist.Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	0	Cultura	2.798
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	1.555	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	576.640	Elemento	458.375
Correntes	568.920	Correntes	454.454
Custeio	568.920	Custeio	444.103
Pessoal	306.206	Pessoal	302.663
Mat.Consumo	207.875	Mat.Consumo	114.999
Serv.T.& Encarg.	54.839	Serv.T.& Encarg.	26.441
Diversas	0	Diversas	0
Transf.Correntes	0	Transf.Correntes	10.351
Capital	7.719	Capital	3.921

(Continua)

(Continuação)

41. Tibaji		42. Turvo	
Programas	767.380	Programas	469.851
Educ. 0 a 6 anos	0	Educ. 0 a 6 anos	0
Ensino Fundamental	704.789	Ensino Fundamental	448.634
Ensino Supletivo	0	Ensino Supletivo	0
Ensino Superior	0	Ensino Superior	0
Educ. Fís. & Desp.	21.561	Educ. Fís. & Desp.	21.217
Assist. Educandos	0	Assist. Educandos	0
Educação Especial	0	Educação Especial	0
Cultura	41.030	Cultura	0
Turismo	0	Turismo	0
Assistência	0	Assistência	0
Administração	0	Administração	0
Previdência	0	Previdência	0
Elemento	767.380	Elemento	469.851
Correntes	699.927	Correntes	316.177
Custeio	692.687	Custeio	316.177
Pessoal	504.515	Pessoal	258.252
Mat. Consumo	118.733	Mat. Consumo	26.427
Serv. T. & Encarg.	69.439	Serv. T. & Encarg.	31.498
Diversas	0	Diversas	0
Transf. Correntes	7.240	Transf. Correntes	0
Capital	67.453	Capital	153.673

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

TABELA 11
Amostra: Despesas com Educação e Receitas Municipais

(Em US\$ 1,00 de 1992)*

Municípios	Despesas Municipais		Receitas Municipais			(B/D)	(B/C+D)	(B/E)
	Total (A)	Educação (B)	Impostos (C)	Transferências (D)	Total(1) (E)			
24. Nova Aliança do Ivaí	565.417	98.961	5.866	532.661	550.819	18,6	18,4	18,0
30. Presidente Castelo Branco	910.379	168.659	13.746	828.763	933.109	20,4	20,0	18,1
8. Cerro Azul	1.716.861	368.651	74.140	1.607.818	1.771.364	22,9	21,9	20,8
33. Santo Antônio do Paraíso	668.786	140.825	14.121	627.562	689.595	22,4	21,9	20,4
21. Nossa Senhora das Graças	737.681	159.754	7.734	704.925	737.422	22,7	22,4	21,7
32. Sabaudia	850.466	182.189	22.344	766.826	896.428	23,8	23,1	20,3
31. Querência do Norte	1.406.532	285.664	40.816	1.178.898	1.491.694	24,2	23,4	19,2
16. Laranjeiras do Sul	4.924.564	1.213.709	277.224	4.350.015	4.858.695	27,9	26,2	25,0
22. Nova Aurora	2.235.748	572.761	96.725	1.997.539	2.297.962	28,7	27,3	24,9
25. Ortigueira	2.445.980	601.573	44.573	2.136.600	2.358.178	28,2	27,6	25,5
36. Senges	1.843.084	490.510	80.391	1.690.647	1.832.755	29,0	27,7	26,8
10. Imbituva	2.095.504	496.379	61.560	1.729.275	2.230.398	28,7	27,7	22,3
13. Ivaipora	4.541.186	953.328	363.184	3.042.494	3.739.532	31,3	28,0	25,5
41. Tibaji	2.866.775	767.380	100.211	2.632.106	3.003.859	29,2	28,1	25,5
29. Porto Vitória	697.855	184.049	6.697	643.165	655.949	28,6	28,3	28,1
12. Irati	4.984.844	1.130.959	365.896	3.551.194	4.520.837	31,8	28,9	25,0
2. Barbosa Ferraz	2.073.297	537.624	96.143	1.735.823	2.130.363	31,0	29,3	25,2
42. Turvo	1.500.322	469.851	50.157	1.543.528	1.646.491	30,4	29,5	28,5
20. Morretes	1.358.456	310.776	39.502	990.617	1.340.004	31,4	30,2	23,2
5. Cantagalo	1.760.668	493.235	48.388	1.585.685	1.672.648	31,1	30,2	29,5
14. Jandaia do Sul	3.217.541	779.655	339.068	2.219.360	3.547.235	35,1	30,5	22,0
7. Calanduvás	1.444.633	374.811	22.176	1.202.557	1.493.769	31,2	30,6	25,1
40. Terra Rica	2.244.692	458.375	95.729	1.396.739	2.229.229	32,8	30,7	20,6
35. Sapopema	890.007	262.999	22.984	825.797	925.208	31,8	31,0	28,4
1. Arapoti	3.237.260	776.319	398.155	2.097.079	3.364.207	37,0	31,1	23,1
6. Capitão Leônidas Marques	2.162.627	648.455	45.253	1.891.200	2.195.077	34,3	33,5	29,5
34. São José das Palmeiras	936.654	315.598	15.310	915.893	949.803	34,5	33,9	33,2
39. Terra Boa	1.771.615	576.640	72.269	1.604.020	1.953.286	35,9	34,4	29,5
26. Ourizona	968.862	336.478	35.740	928.503	997.859	36,2	34,9	33,7
15. Japira	648.510	164.769	14.276	454.164	612.904	36,3	35,2	26,9
4. Campo Mourão	10.113.693	2.637.604	851.156	6.623.981	8.524.639	39,8	35,3	30,9
27. Palmas	3.752.263	1.283.288	528.904	3.107.536	4.021.235	41,3	35,3	31,9
38. Telêmaco Borba	10.023.206	2.342.880	813.008	5.702.063	10.100.513	41,1	36,0	23,2
9. Clevelândia	2.756.269	520.918	104.663	1.319.197	2.256.157	39,5	36,6	23,1
18. Mallet	1.204.309	340.270	45.728	865.367	1.207.082	39,3	37,3	28,2
28. Ponta Grossa	36.896.136	9.637.517	4.354.516	21.332.041	33.173.815	45,2	37,5	29,1
3. Boa Esperança	1.675.046	416.223	25.206	1.083.400	1.595.619	38,4	37,5	26,1
37. Tamboara	757.939	238.732	8.640	597.745	638.910	39,9	39,4	37,4
19. Maringá	63.605.891	14.418.730	14.094.503	22.460.855	53.343.733	64,2	39,4	27,0
17. Londrina	64.961.132	16.417.290	15.191.202	25.690.648	57.232.766	63,9	40,2	28,7
23. Nova Olímpia	752.793	246.778	29.002	555.076	804.494	44,5	42,3	30,7
11. Inajá	868.429	295.822	20.869	573.686	1.003.593	51,6	49,8	29,5

Fonte: Balanços Gerais do Estado.

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

(1) Somatório de impostos, transferências, outras receitas correntes e receitas de capital.

GRÁFICO 11

Percentual da Receita Gasta com Educação
Amostra de Municípios do Paraná

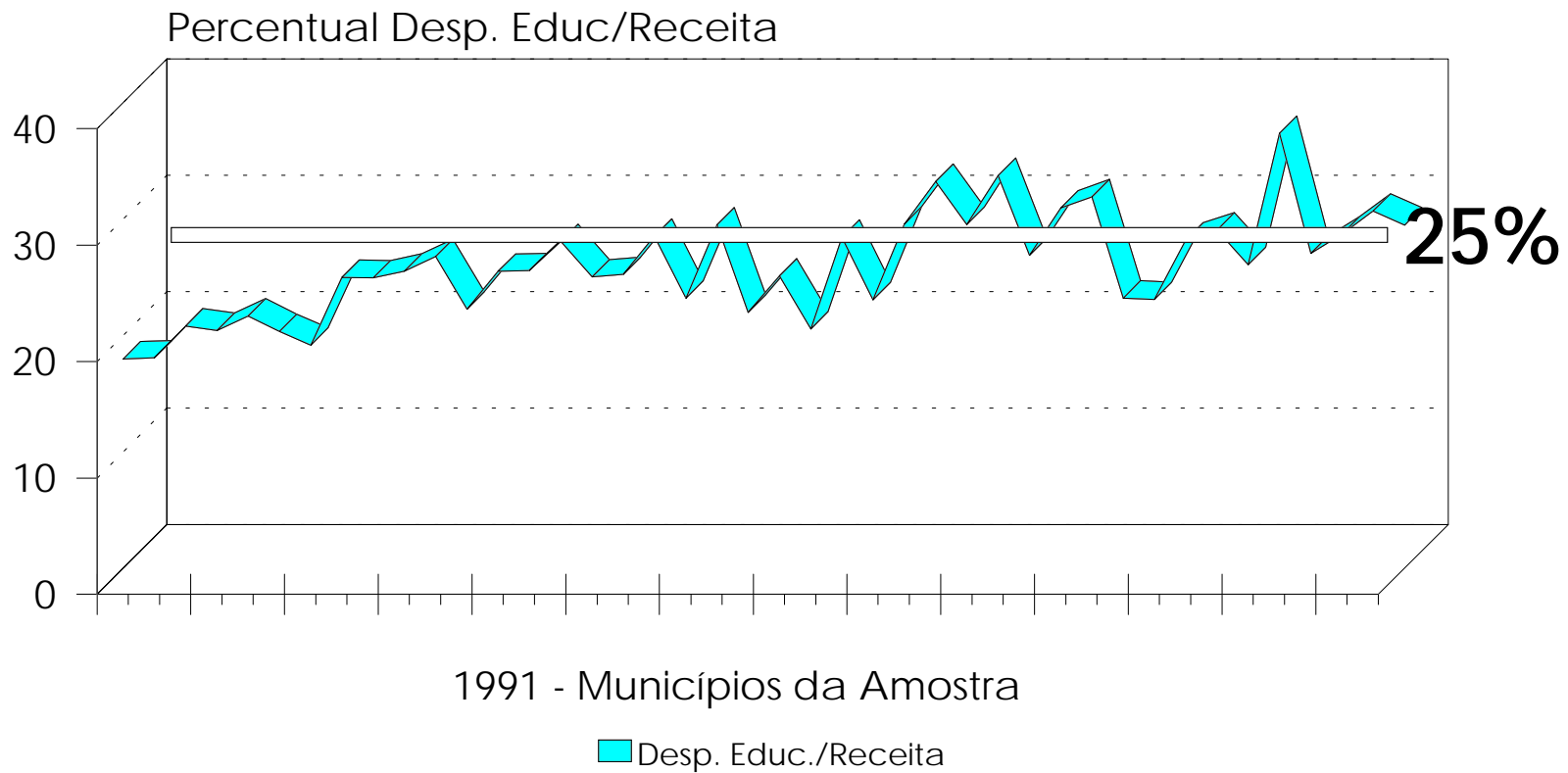


TABELA 12
Despesas no Programa Ensino Fundamental
— Amostra de Municípios do Estado do Paraná — 1991

(Em US\$ de 1992)*

Municípios	Despesa no Programa Ensino 1º Grau	Matrícula Total 1º Grau	Despesa por Aluno
1. Arapoti	763.733	2.029	376,41
2. Barbosa Ferraz	399.120	867	460,35
3. Boa Esperança	375.410	199	1.886,48
4. Campo Mourão	1.651.573	3.974	415,59
5. Cantagalo	468.215	3.664	127,79
6. Capitão Leônidas Marques	566.438	1.493	379,40
7. Catanduvas	374.811	1.217	307,98
8. Cerro Azul	366.547	1.879	195,08
9. Clevelândia	395.598	1.493	264,97
10. Imbituva	477.873	1.898	251,78
12. Irati	942.059	1.671	563,77
13. Ivaipora	691.927	4.428	156,26
14. Jandaia do Sul	480.557	712	674,94
15. Japira	97.921	37	2.646,50
16. Laranjeiras do Sul	1.113.679	5.805	191,85
17. Londrina	13.482.909	24.732	545,16
18. Mallet	334.947	567	590,74
19. Maringá	7.004.232	7.343	953,87
20. Morretes	246.792	1.138	216,86
21. Nossa Senhora das Graças	156.764	87	1.801,88
22. Nova Aurora	513.097	1.079	475,53
23. Nova Olímpia	209.115	114	1.834,34
25. Ortigueira	589.789	3.538	166,70
26. Ourizona	202.579	27	7.502,93
27. Palmas	1.058.330	3.879	272,84
28. Ponta Grossa	6.697.560	14.766	453,58
29. Porto Vitória	181.165	278	651,67
31. Querência do Norte	272.123	1.499	181,54
32. Sabaudia	137.799	63	2.187,29
33. Santo Antônio do Paraíso	140.352	163	861,05
34. São José das Palmeiras	260.500	367	709,81
35. Sapopema	200.383	666	300,87
36. Senges	469.373	1.564	300,11
37. Tamboara	188.473	54	3.490,24
38. Telêmaco Borba	2.050.280	6.544	313,31
39. Terra Boa	573.102	273	2.099,27
40. Terra Rica	443.874	617	719,41
41. Tibaji	704.789	3.338	211,14
42. Turvo	448.634	1.640	273,56
Total	45.732.420,11	105.702	432,65

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Secretaria de Educação.

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

Obs: Foram excluídos os municípios de Inajá (11), Nova Aliança do Ivaí (24) e Pres. Castelo Branco (31), por não terem alunos matriculados no 1º Grau, embora apresentem despesas com o Programa de Ensino Fundamental.

TABELA 13
Vencimentos dos Quadros Próprios do Magistério e da CLT

(Em US\$ 1,00 de 1992)*

Ano	Mês	Quadro Próprio do Magistério (20 h/sem.)		Quadros da CLT (40 h/sem.)	
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
1988	Jan.	578	1,320	394	4,619
	Fev.	548	1,252	347	4,378
	Mar.	462	1,057	341	4,294
	Abr.	458	1,047	282	3,555
	Mai	460	1,052	236	2,979
	Jun.	450	1,029	253	3,208
	Jul.	444	1,014	243	3,064
	Ago.	450	1,028	232	2,923
	Set.	434	991	224	2,820
	Out.	423	966	213	2,690
	Nov.	429	981	217	2,731
	Dez.	333	761	168	2,119
1989	Jan.	467	1,011	246	3,106
	Fev.	418	904	220	2,776
	Mar.	401	867	211	2,665
	Abr.	440	952	240	3,030
	Mai	429	928	234	2,955
	Jun.	339	732	185	2,331
	Jul.	439	949	188	2,367
	Ago.	322	695	138	1,734
	Set.	440	951	172	2,085
	Out.	315	681	123	1,492
	Nov.	404	873	152	1,914
	Dez.	270	584	102	1,281
1990	Jan.	447	967	233	2,933
	Fev.	290	628	151	1,903
	Mar.	240	520	125	1,577
	Abr.	347	750	180	2,274
	Mai	329	710	171	2,154
	Jun.	301	652	157	1,976
	Jul.	370	801	159	2,002
	Ago.	328	709	141	1,773
	Set.	362	783	199	2,514
	Out.	317	685	175	2,202
	Nov.	308	666	170	2,141
	Dez.	265	572	146	1,838
1991	Jan.	265	573	135	1,839
	Fev.	262	567	145	1,822
	Mar.	294	635	162	2,039
	Abr.	347	750	191	2,409
	Mai	418	904	231	2,905
	Jun.	381	823	210	2,644
	Jul.	337	730	186	2,344
	Ago.	377	716	161	2,029
	Set.	443	842	166	2,096
	Out.	352	669	132	1,665
	Nov.	280	532	105	1,324
	Dez.	229	436	86	1,084
1992	Jan.	280	607	212	1,646
	Fev.	306	663	227	1,758
	Mar.	254	549	188	1,457
	Abr.	347	751	252	1,597
	Mai	283	613	206	1,305
	Jun.	233	505	212	1,343
	Jul.	306	664	209	1,324
	Ago.	317	687	208	1,846
	Set.	307	664	196	1,739
	Out.	319	691	250	1,810
	Nov.	321	695	251	2,234
	Dez.	260	562	203	1,806

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

* Dólar médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

GRÁFICO 13

Evolução dos Salários do Magistério Governo do Estado do Paraná

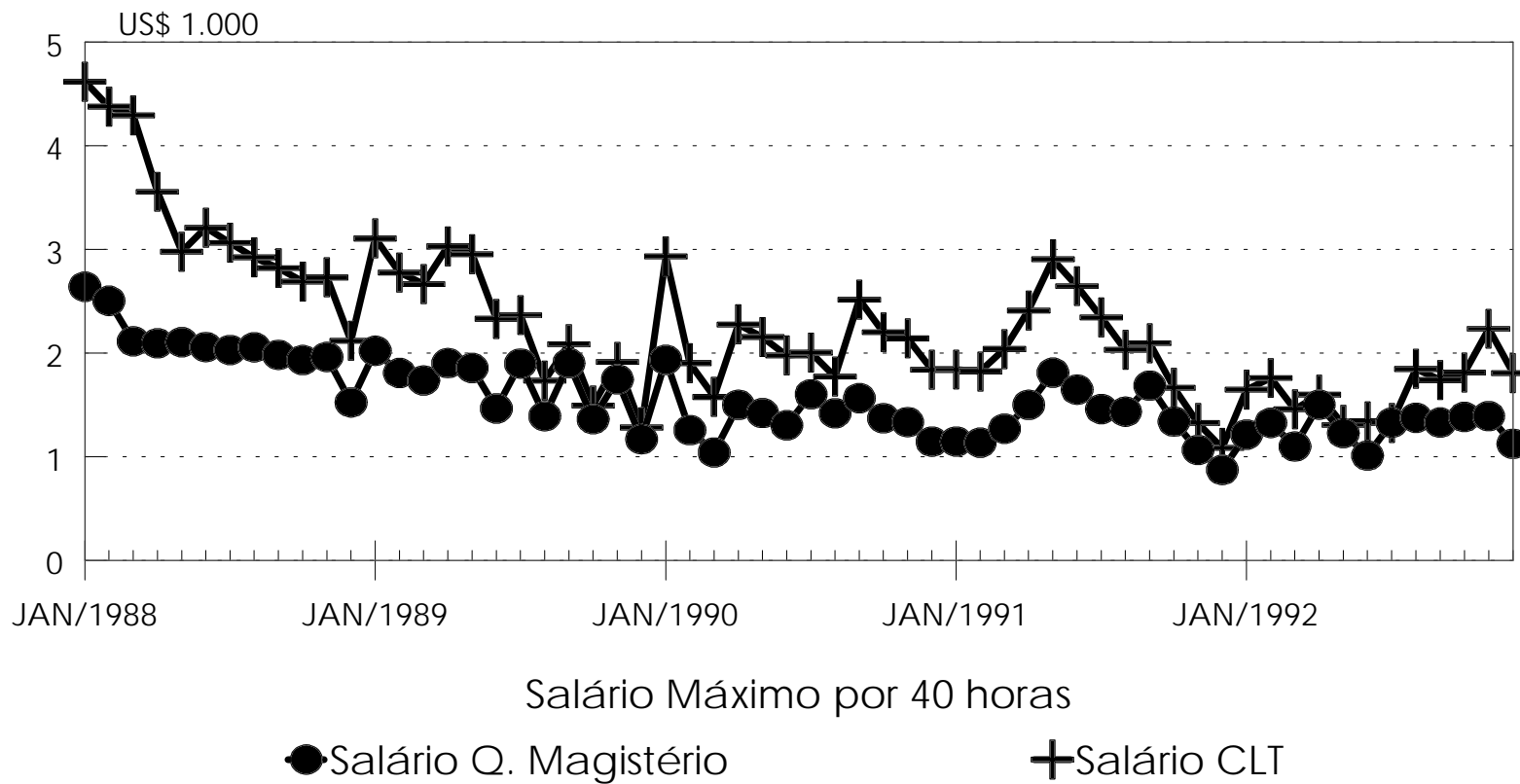


TABELA 14
Despesas no Programa de Ensino Fundamental
— Amostra de Municípios do Estado do Paraná — 1991

(Em US\$ de 1992)*

Municípios	Despesa no Programa Ensino 1º Grau	Matricula Total 1º Grau	Despesa por Aluno
1. Arapoti	763.733	2.029	376,41
2. Barbosa Ferraz	399.120	867	460,35
3. Boa Esperança	375.410	199	1.886,48
4. Campo Mourão	1.651.573	3.974	415,59
5. Cantagalo	468.215	3.664	127,79
6. Capitão Leônidas Marques	566.438	1.493	379,40
7. Catanduvas	374.811	1.217	307,98
8. Cerro Azul	366.547	1.879	195,08
9. Clevelândia	395.598	1.493	264,97
10. Imbituva	477.873	1.898	251,78
12. Irati	942.059	1671	563,77
13. Ivaipora	691.927	4428	156,26
14. Jandaia do Sul	480.557	712	674,94
15. Japira	97.921	37	2.646,50
16. Laranjeiras do Sul	1.113.679	5805	191,85
17. Londrina	13.482.909	24732	545,16
18. Mallet	334.947	567	590,74
19. Maringá	7.004.232	7343	953,87
20. Morretes	246.792	1138	216,86
21. Nossa Senhora das Graças	156.764	87	1.801,88
22. Nova Aurora	513.097	1.079	475,53
23. Nova Olímpia	209.115	114	1.834,34
25. Ortigueira	589.789	3538	166,70
26. Ourizona	202.579	27	7.502,93
27. Palmas	1.058.330	3879	272,84
28. Ponta Grossa	6.697.560	14766	453,58
29. Porto Vitória	181.165	278	651,67
31. Querência do Norte	272.123	1499	181,54
32. Sabaudia	137.799	63	2.187,29
33. Santo Antônio do Paraíso	140.352	163	861,05
34. São José das Palmeiras	260.500	367	709,81
35. Sapopema	200.383	666	300,87
36. Senges	469.373	1564	300,11
37. Tamboara	188.473	54	3.490,24
38. Telemaco Borba	2.050.280	6544	313,31
39. Terra Boa	573.102	273	2.099,27
40. Terra Rica	443.874	617	719,41
41. Tibaji	704.789	3338	211,14
42. Turvo	448.634	1640	273,56
Total	45.732.420,11	105702	432,65

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Secretaria de Educação.

* Dólar Médio de 1992 aplicado sobre os valores constantes em Cr\$ de 1992, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

OBS: Foram excluídos os municípios de Inajá (11), Nova Aliança do Ivaí (24) e Pres. Castelo Branco (31) por não terem matrículas de 1º Grau, embora apresentem despesas com o Programa de Ensino Fundamental.

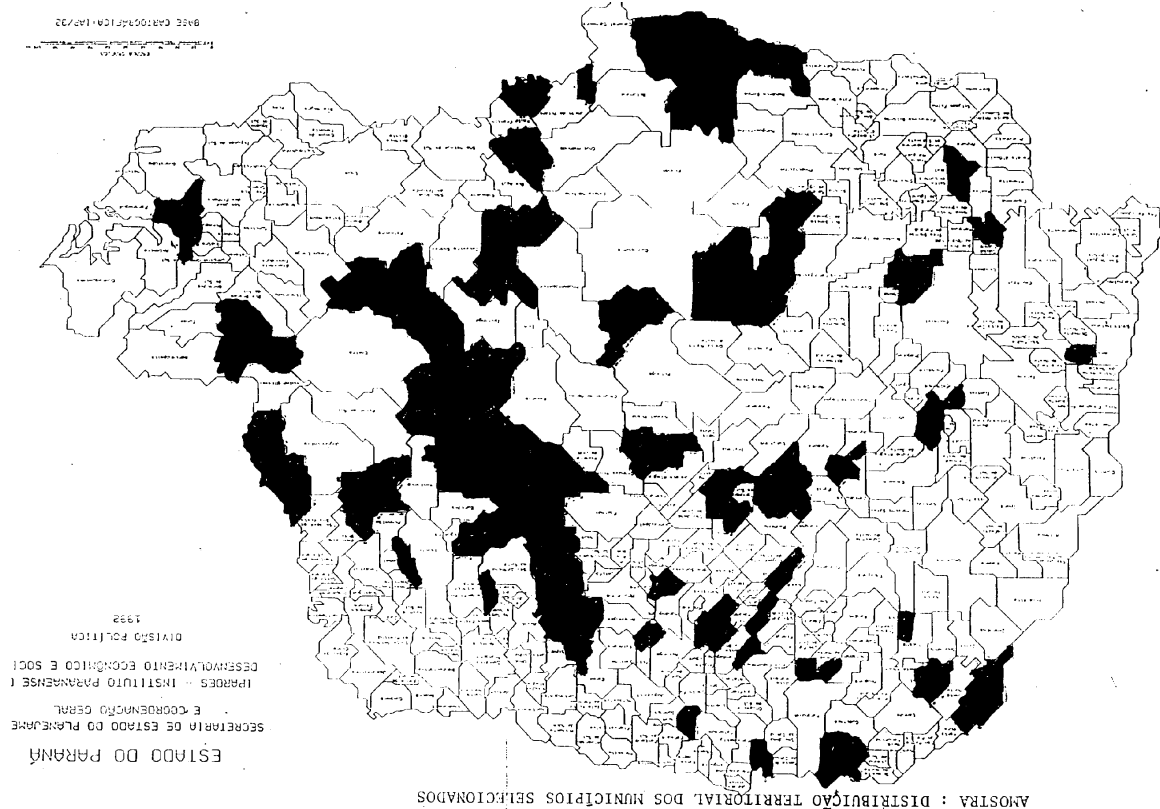
ANEXO 1

Amostra: Municípios Selecionados

Rec.Tributária Per Capita* (Cr\$ 1,00)	Municipalizados	Não Municipalizados
1000/5000	Barbosa Ferraz Cantagalo Laranjeiras Querência do Norte Terra Rica	Ivaipora
5000/9000	Arapoti Cap.Leônidas Marques Catanducas Cerro Azul Imbituva Iratí Morretes Nova Olímpia Palmas Terra Boa	Campo Mourão Clevelândia Jandaia do Sul Londrina Ortigueira Ponta Grossa
9000/13000	Mallet Nossa Senhora da Graças Nova Aurora Sapopemba S.José das Palmeiras Senges Tamboara Tibagi Turvo	Japira Maringá Saubadia Telêmaco Borba
13000/17000	Boa Esperança Ourizona Porto Vitória Presidente Castelo Branco Santo Antônio do Paraíso	Não tem
17000/38000	Nova Aliança do Ivaí	Inajá

* Valores correntes de 1991.

ANEXO 2



AMOSTRA : DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

ESTADO DO PARANÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
 E COORDENAMENTO GERAL
 IPARDES - INSTITUTO PARANENSE DE
 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
 DIVISÃO POLITICA
 1992

BASE CARTOGRAFICA: IAN/73

ANEXO 3

Cálculo do Valor a ser Repassado aos Municípios*

Para efeito do que dispõe o item "d" da Cláusula 2ª, do Termo Cooperativo de Parceria Educacional, serão utilizadas as fórmulas explicitadas a seguir, para conhecimento do valor a ser repassado ao *município parceiro*.

Fórmula 1 — Receita Tributária Média Atualizada

$$RTMA = \frac{RT1(IGP1 \times IGP2 \times IGP3) + RT2(IGP2 \times IGP3) + RT3 \times IGP3}{3}$$

Onde: RTMA = Receita Tributária Média Atualizada.

RT = Receita Tributária, soma dos seguintes impostos:

1. IPTU
2. Inter Vivos/Sobre Bens Imóveis
3. ISSQN
4. ISVV/Combustíveis Líquidos e Gasosos
5. FPM
6. Transf-IRRF
7. Cota referente/ISPTR
8. Cota sobre ICMS
9. Cota sobre IPVA
10. Cota do Imposto sobre Transporte
11. Cota do Imp. Único s/Lub. e Comb. Liq. e Gás
12. Cota do Adic. do Imp. Único s/ Lub. e Comb. Liq. e Gás
13. Cota sobre o Imposto Único s/Minerais
14. Cota s/Imp. s/Transmissão de Bens Imóveis e Dir. a eles relativos
15. Receita da Dívida Ativa Tributária
16. Cota do Fundo Especial
17. Cota do Fundo de Exportação
18. Compensação Financeira (*Royalties*)
19. Outros Impostos que venham a ser criados e nos quais os municípios tenham participação

RT1 = Receita Tributária do 1º mês do trimestre civil a ser corrigida.

RT2 = Receita Tributária do 2º mês do trimestre civil a ser corrigida.

RT3 = Receita Tributária do 3º mês do trimestre civil a ser corrigida.

IGP1 = Variação do Índice Geral de Preços no 1º mês do trimestre civil a ser corrigido.

IGP2 = Variação do Índice Geral de Preços no 2º mês do trimestre civil a ser corrigido.

IGP3 = Variação do Índice Geral de Preços no 3º mês do trimestre civil a ser corrigido.

Fórmula 2 — Capacidade Financeira de Matrícula

$$CFM = \frac{RTMA \times 25\%}{CAM} \quad CFM = \frac{RTMA \times 25\%}{CAM} \quad CFM = \frac{RTMA \times 25\%}{CAM} \quad CFM = \frac{RTMA \times 25\%}{CAM}$$

Onde: CFM = Capacidade Financeira de Matrícula

RTMA = Receita Tributária Média Atualizada

CAM = Custo/Aluno/Mês

* Orientações da Secretaria de Estado da Educação em 04/01/93.

Fórmula 3 — Variável do Percentual de Capacidade de Atendimento

$$VPCA = \frac{MAM \times 100}{CFM} = 100$$

Onde: VPCA = Variável do Percentual de Capacidade de Atendimento

MAM = Matrícula Atual do Município

CFM = Capacidade Financeira de Matrícula

Obs.: VPCA é apresentado em porcentagem (positivo ou negativo). Quando o resultado for positivo, o município estará aplicando além dos 25%, e, quando o resultado for negativo, o município estará aplicando menos que os 25%.

Fórmula 4 — Repasse ao Município

$$4.1 - VPCA > 80\% = CAM \times 1,20 \times (MAM - CFM)$$

(cláusula segunda, item d.1)

$$4.2 - VPCA > 0,01\% \text{ e } < 80\% = CAM \times (MAM - CFM)$$

(cláusula segunda, item d.2)

$$4.3 - VPCA > -20\% \text{ e } < 0\% = CAM \times 35$$

(cláusula segunda, parágrafo segundo)

Onde: VPCA = Variável do Percentual de Capacidade de Atendimento

CAM = Custo/Aluno/Mês

MAM = Matrícula Atual do Município

CFM = Capacidade Financeira de Matrícula

Obs.: Quando o resultado do cálculo da hipótese contida no item 4.2 for menor que o resultado do cálculo da hipótese contida no item 4.3, será garantido ao município parceiro o repasse mínimo de US\$ 35 custo/aluno/mês.
